

FACULDADES INTEGRADAS “ANTONIO EUFRÁSIO DE TOLEDO”
Faculdade de Serviço Social de Presidente Prudente – SP

**Um Estudo Social do Centro Educacional Infantil “São Vicente Pallotti” e
das Famílias atendidas no ano de 2001**

Ana Rosa Bastazini
Anne Paula da Silva Silvério
Cristina de Oliveira
Priscila Alexandra da Silva

Presidente Prudente/SP
Outubro / 2002

FACULDADES INTEGRADAS “ANTONIO EUFRÁSIO DE TOLEDO”

Faculdade de Serviço Social de Presidente Prudente – SP

**Um Estudo Social do Centro Educacional infantil “São Vicente Pallotti” e
das Famílias atendidas no ano de 2001**

Ana Rosa Bastazini
Anne Paula da Silva Silvério
Cristina de Oliveira
Priscila Alexandra da Silva

Monografia apresentada como requisito parcial
de Conclusão de Curso para obtenção do grau
de bacharel em Serviço Social, sob orientação
do Profª Márcia Heloisa de Oliveira.

Presidente Prudente/SP
Outubro / 2002

**Um Estudo Social do Centro Educacional Infantil “São Vicente Pallotti” e
das Famílias atendidas no ano de 2001**

Trabalho de conclusão de Curso aprovado
como requisito parcial para obtenção do
Grau de Bacharel em Serviço Social.

Márcia Heloisa Oliveira

Simone Duran Toledo Martinez

Maria Helena Veiga Silvestre

Presidente Prudente, 04 de dezembro de 2002.

“A melhor maneira de formar crianças boas,
é fazê-las felizes”.
(Oscar Wilde).

AGRADECIMENTOS

À Deus,

Senhor... Que por nós estás sempre a olhar. Cada passo que damos, cada palavra mal dita, cada ato errado. Estas sempre do nosso lado e nós às vezes não sentimos a tua presença. Peço Senhor que nós de sempre forças para lutar. Pois se hoje chegamos até aqui, foi graças a tua eterna e infinita sabedoria, bondade e compreensão.

Aos Pais,

Por mais belas e sinceras que sejam as palavras ditas neste momento, serão sempre insuficientes para traduzirmos nossos sentimentos em relação aos nossos pais.

Aos Mestres,

Quem desejar ser professor, deve começar ensinando a si mesmo antes de ensinar aos outros, e ensinar pelos exemplos antes de ensinar com palavras. De fato, quem ensina e se corrige merece mais respeito e reverência do que quem ensina e corrige aos outros. Nosso carinho e gratidão aos verdadeiros mestres que souberam, além de transmitir seus conhecimentos, transmitir-nos sua experiência e apoiar nos em nossas dificuldades.

A Todos,

A todos que estiveram, em nosso caminho, colocando ou retirando pedras, muito obrigado!...

“Não deixe que lhe digam que não vale a pena acreditar no sonho que se tem, ou que seus planos nunca vão dar certo, ou que você nunca vai ser alguém. Se você quiser alguém em quem confiar, confie em si mesmo. Quem acredita sempre alcança” (Renato Russo).

RESUMO

O presente trabalho aborda um estudo social do Centro de Educação Infantil “São Vicente Pallotti” e das famílias que foram atendidas no ano 2001.

As autoras realizaram uma retrospectiva histórica da Educação Infantil, enfocando a política pública da educação infantil que é um direito de todos e dever do Estado e da Sociedade garanti-las, bem como contextualizando o surgimento da Educação Infantil no Município de Presidente Prudente.

O estudo buscou analisar a interação entre a família e o Centro de Educação Infantil. Realizando um perfil dos funcionários e das famílias, para que os obtivesse a concepção que cada um desses grupos possui do espaço institucional.

Percebendo-se que o conflito existente é maior entre os funcionários e a instituição. No processo interacional entre família e o Centro de Educação Infantil nota-se que não existe uma relação harmônica, pois os pais participam muito pouco das atividades desenvolvidas, desta forma não se estabelece um diálogo entre ambos.

PALAVRAS-CHAVES: Educação Infantil; Família; Criança; Política Pública; Interação.

ABSTRACT

The present work broach a social subject of Children's Education Center "São Vicente Pallotti", and families that were attended in 2001.

First, we realized a historic retrospective of the children's education, approaching the public politics of children's Education that is a right of all and a duty of the state and the society guarantee it, as well context as, the appearing of children education in the town of Presidente Prudente.

The study search for the interaction between the family and the children's Education Center. Realizing a profile of the official and the families, so that we obtained the idea that each one of these groups have about the institucional space.

Understanding that the conflit is bigger between the officials and the Institution. In the interctional process between the family and the children's Education center is notable there isn't a harmonic relation, because the parents participate of the activities were developed, like this doesn't establish a dialogue between the family and the children's Education Center.

KEYWORDS: Children's Education; Family; Child; Public;- Politic; Interaction.

SUMÁRIO

1	Introdução	10
2	Capítulo I.....	13
2.1	Historicidade da Creche e da Pré-escola	13
3	Capítulo II	25
3.1	A creche e a pré-escola como política pública	25
4	Capítulo III.....	38
4.1	Contextualização do Município de Presidente Prudente	
4.2	A política de creche e pré-escola no Município de Presidente Prudente	40
5	Capítulo IV.....	50
5.1	Metodologia – Instrumentos e técnicas.....	50
5.2	Espaço Institucional da pesquisa.....	52
6	Capítulo V	57
6.1	O perfil das famílias	57
6.2	Visão das famílias e funcionários sobre o Serviço Creche	64
6.3	Profissionais que trabalham no Centro de Educação Infantil “São Vicente Pallotti.....	76
6.4	Atitudes e valores da equipe de educadores do Centro de educadores do Centro Educacional Infantil “São Vicente Pallotti”.....	85
7	Conclusão	93
8	Referências Bibliográficas.....	96
	Anexos	

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

TABELA

Tabela 1- Trajetória do atendimento das crianças de 0 a 6 anos no município de Presidente Prudente	49
--	----

FIGURA

Figura 1 – Condição Civil	57
Figura 2 - Composição Familiar	58
Figura 3 - Área profissional das famílias usuárias da instituição.....	59
Figura 4 - Profissões femininas de usuárias da instituição	60
Figura 5 - Renda Mensal familiar das famílias usuárias da instituição.....	61
Figura 6 – Condição de Habitação.....	61
Figura 7 – Famílias usuárias por bairros	62
Figura 8 - Escolaridade das famílias usuárias.....	64
Figura 9 - Área Profissional dos funcionários.....	77
Figura 10 - Escolaridade dos funcionários	79
Figura 11 - Renda mensal e familiar dos funcionários	80
Figura 12 - Funcionários por bairros	83
Figura 13 - Composição Familiar dos funcionários	83
Figura 14 - Faixa etária dos funcionários.....	84
Figura 15 - Condição Civil dos funcionários.....	84
Figura 16 - Condição de habitação dos funcionários	85
Figura 17 - Recursos da Comunidade dos funcionários	85

1 INTRODUÇÃO

Historicamente a família tradicional era composta por uma unidade grupal, sendo constituída por uma casal (homem / mulher), que se unem através do matrimônio, objetivando a procriação. O homem teria dever de subsidiar o sustento familiar, e a mulher permanecia em casa, com a responsabilidade de procriar e educar as crianças, devendo ser uma mulher submissa as regras morais e religiosas da época. A instituição familiar seria indissolúvel.

Há algumas décadas o modelo padrão que temos de família vêm sofrendo alterações devido a vários fatores culturais, religiosos, econômicos, etc...

A Revolução Industrial contribuiu para a urbanização, trazendo uma alteração para o cotidiano familiar, surgindo a necessidade da mulher se inserir no mercado de trabalho, ocorrendo uma revolução sexual nos anos 70 (com a origem da pílula anticoncepcional).

Este novo movimento vem a refletir na sociedade, no homem e na família alterando desta maneira os padrões de comportamento. Com estas mudanças a família passa a buscar alternativas de sobreviver sem a permanência integral da mulher e recursos como creches, escolas de período integral, amigos e parentes são cada vez mais utilizados.

A creche surgiu com a finalidade de abrigar as crianças enquanto suas mães fossem trabalhar, inicialmente era vista como um depósito, passando a ter caráter de instituição provisória, de emergência ou substituição.

As creches foram fundadas inicialmente pôr organizações sociais, religiosas ou filantrópicas com uma concepção assistencialista, o seu atendimento era direcionado as famílias pobres.

Com a Constituição Federal de 1988, a educação infantil passa a ser colocada como direito de todos e que o Estado tem o dever de assegurar. E com o ECA (art. 48069/90) que também se garante alguns direitos para a criança. Na creche a criança com a regulamentação desta lei passa a ser vista como um ser peculiar em desenvolvimento.

E a creche se tornou um local onde a criança se socializa, estabelecendo relações afetivas diferentes daquelas que desenvolve em sua residência, desenvolvendo uma maior autonomia e segurança emocional.

De forma alguma a creche deve substituir o papel das famílias atendidas, a importância da relação da instituição com a família para o desenvolvimento da criança é fundamental. A família deve estar interada com a rotina da creche, oferecendo opiniões e sugestões, sendo que esta relação deve ser amigável e de cooperação, sempre objetivando a criança.

Dentro do Centro de Educação Infantil “São Vicente Pallotti”, mantido pela Sociedade Civil “Lar dos Meninos”, verificou-se a necessidade de realizar-se um estudo social sobre o relacionamento entre famílias, funcionários e instituição. Para se realizar este estudo tornou-se necessário analisar o contexto social, econômico, político e cultural dos elementos envolvidos na pesquisa.

O tema da pesquisa nos despertou o interesse em conhecer a visão que as famílias que utilizam do Centro de Educação Infantil “São Vicente Pallotti” possuem do mesmo e compreender como o Centro de Educação Infantil visualiza estas famílias.

Neste processo de relação entre famílias, funcionários e instituição, levantamos as seguintes hipóteses, sobre a percepção que os mesmos possui da creche:

- A creche contribui como espaço educativo;
- Enquanto instituição para guardar temporária da criança;
- A família interage com a creche para resolução de problemas cotidianos;
- A creche como instituição dá resposta a situação apresentada pela família;
- A família tem direito social a creche;
- A família é vista como dependente dos serviços da creche;

E elegemos como objetivo:

- Conhecer o perfil das famílias que são atendidas pelo Centro de Educação Infantil “São Vicente Pallotti”;

- O entrosamento existente entre instituição e as famílias em relação ao desenvolvimento da criança;
- Conhecer o funcionamento interno da creche;

A monografia que apresentamos está estruturada em introdução, cinco capítulos, consideração finais, referencial bibliográfica.

No primeiro capítulo abordamos o surgimento da creche e da pré-escola, através de uma retrospectiva histórica.

No segundo capítulo abordamos sobre a questão da creche e a pré-escolas como política pública, devendo esta ser garantida como um direito.

No terceiro capítulo descrevemos a política de creche no município de Presidente Prudente, retratando um pouco sobre a história da criação do município de Presidente Prudente e a implantação das primeiras creches municipais.

O quarto capítulo traz a metodologia, as técnicas e instrumentos utilizados no decorrer da pesquisa, assim como o espaço institucional da pesquisa.

O quinto capítulo, apresenta a realização das análises onde fizemos as interpretações dos dados, além de destacarmos quem são as famílias atendidas pela instituição, mostrando a visão que os mesmos possuem do Centro Educacional Infantil. E também a visão que os funcionários possuem da creche e das famílias usuárias do Centro Educacional Infantil, assim como o perfil destes profissionais.

2 CAPITULO I

2.1 Historicidade da Creche e da Pré-Escola.

Durante o período da Idade Média, na Europa, com a alta taxa de mortalidade infantil, os bebês e as crianças muito pequenas não possuíam existência social. Assim também, ninguém se preocupava com elas, até porque não tinham nenhuma função antes de trabalharem. Nos campos, aquelas que se salvavam da morte, assim que falavam e andavam, adquirindo alguma independência, passavam imediatamente ao mundo adulto do trabalho, sem nenhuma diferenciação ou cuidado específico. Nas feiras, festas e reuniões, crianças e adultos eram todos elementos de uma mesma comunidade agrícola, propriedades do senhor feudal.

Somente no início do século XVI, nas camadas altas da sociedade, é que os educadores renascentistas começaram a considerar a criança como uma criança especial, com diferentes necessidades, requerendo uma separação protetora do mundo adulto. Nas camadas baixas da sociedade porém, elas continuam a fazer parte do mundo adulto até final do século XIX, na Europa, e até hoje em muitas regiões do mundo. (CAMPOS, Apud PLASA).

Pôr outro lado, as crianças nobres existiam somente como “Miniatura dos adultos”, educados para o futuro, sempre a espera de uma vida que viria depois. Em relação à infância se desenvolveu dois sentimentos, o primeiro chamado de paparicação, no qual as crianças eram dependentes dos pais ou amas, e como um objeto de diversão; e o outro foi o sentimento de exasperação, muitas famílias não aceitavam a visita de outras crianças, surgindo a preocupação voltada, para a disciplinariedade e higienização das crianças, está idéia se afirma no século XVIII com a criação de escolas para moças e rapazes, com uma extrema rigidez.

O desenvolvimento da sociedade capitalista fez com que a instituição familiar sofresse transformações no processo histórico aonde o modelo nuclear

conjugal (pai, mãe e filhos), só se consolidou pôr volta do século XVIII, em conseqüência da atuação de outras instituições, como o Estado e a Igreja. No qual a família passa a valorizar a sua privacidade, nas relações intrafamiliares assim fazendo com que a comunidade seja afastada dos assuntos domésticos. A criança que recebia uma atenção de maneira difusa e dispersa pôr toda a comunidade, passa a ser de responsabilidade exclusiva dos pais.

Somente mais tarde, com a descoberta da especificidade da infância que alguns hábitos foram modificados.

Desta maneira, a criança foi nascendo socialmente, como um ser frágil e dependente, visto como naturalmente “inocente”, a quem se deveria orientar e educar duramente.

Os filhos dos ricos eram tratados por amas contratadas para ajudar as mulheres à disciplina-los e impor regras, já que a criança era vista como um ser vazio, sem idéias e necessidades e que precisava ser treinado para ser um “ bom cidadão”.

A Igreja passou a se ocupar dos filhos dos pobres, em obras de caridade e assistências, enquanto suas mães trabalhavam e eram vistas como inadequadas, pois trabalhavam e não cumpriam o “ Dom divino”, da maternidade.

As creches em sua quase totalidade criadas e mantidas pôr instituições filantrópicas. No início cabia “guardar” a criança e ao mesmo tempo aconselhar as mães sobre os cuidados que deveriam ter com os filhos, reforçando o lugar da mulher no lar, junto ao marido é a prole. Assim, as instituições procuravam transmitir às mães, os princípios morais, econômicos e higiênicos, sobre a maternagem, conhecidas na época. (SOARES, 1998).

A primeira creche de que se tem notícia, surgiu na França, em 1770, por um pastor que vivia no campo. Tendo como intuito o de “guardar” os lactantes, para que suas mães pudessem trabalhar durante a longa jornada de trabalho a qual eram submetidas. Permeando aquela concepção assistencialista de que as crianças estavam jogadas, malcriadas e que era preciso recupera-las. Colocando as em um local a salvo do perigo da rua.

Na França, já no final do século XVIII eram criadas as “garderies” para abrigar as crianças durante o período de trabalho das mães... Na Itália em Turim em 1827, foram fundados os “Asili Infantili”, semelhantes as “garderies”, na Bélgica, no mesmo ano, surgiram às “escoles gardiennes”... Nos Estados Unidos, o atendimento às crianças em idade pré-escolar torna-se uma preocupação crescente em meados do século passado. A primeira “day nursey” de que se tem notícia foi aberta em Nova York, para atender os filhos dos trabalhadores pobres.(CAMPOS, Apud PLASA)

Em países, que passavam ppr intensas mudanças sociais a creche surgia como parte de um projeto novo de sociedade, no qual a educação das crianças seria considerada não só como responsabilidade da família, mas de toda a sociedade. Foi assim nos Kibbutz, na China, em Cuba e na União Soviética.

Em períodos de guerra, quando os homens saíam de casa e as mulheres precisavam trabalhar para subsidiar o lar as creches existiam em maior número, onde a mãe era substituída. Depois estas eram fechadas com o fim da guerra, ou seja, o Estado recuava no atendimento a criança, recaindo novamente a responsabilidade sobre as mães de quem se exigia que deixassem o mercado de trabalho, para que se oferecesse esta vaga aos homens que retornavam, e para que procriassem mais, para “repor”, os soldados mortos, e que ficassem em casa para cuidar das crianças que nasciam.

Pode se perceber este fato explicitamente como exemplo de um dos maiores programas de desenvolvimento de creches nos Estados Unidos durante o período da II Guerra Mundial:

Em 1941, o LANTHAM ACT autorizou o governo federal norte-americano a destinar verbas para o funcionamento de creches previstas para os filhos de empregadas nas indústrias de guerra. No auge desse programa existiam aproximadamente 1,6 milhões de vagas em creches e pré-escolas norte-americanas usufruindo recursos federais “o maior número de vagas jamais existentes nos EUA”. Finda da guerra, o governo federal norte-americano retirou seu apoio a esse programas, de tal modo que em 1965 existiam apenas 300.000 vagas. Nas palavras de Gilbert Steiner o programa de creches da II Guerra Mundial foi um “programa para vencer a guerra e não um programa para salvar a criança. (ROSEMBERG, 1984).

Foram diversos os períodos da história das creches, oscilando entre um atendimento assistencialista educacional. Nestes períodos as creches vinculavam

se aos órgãos governamentais de Serviço Social e não aos do sistema educacional, tendo se a ausência deste tema nas pesquisas educacionais e nos cursos de pedagogia o que acabou pôr cristalizar a idéia de que, em sua origem, estas instituições teriam sido concebidas como lugar de guarda, de assistência e não de educação.

A creche em sua história como instituição vem se realizando por constantes expansões e retraimentos, ou seja, algo que se diferencia da retrospectiva história da escola que de um aspecto quantitativo e apresentado por uma evolução. Alguns estudos desenvolvidos por vários países vem demonstrando que além deste fator (de avanços e retraimentos), um outro que influência na expansão da rede de creches estariam além das motivações externas das necessidades de crianças de 0 á 6 anos, mas também os de fatores políticos que visam o trabalho das mulheres. Ou seja, fazendo com que não se rompa com aquela visão da socialização da criança pela maternagem compulsória (aonde a instituição é destinada a todas as crianças como substitutas de mães que trabalham. Assim limitando que esta instituição efetive a sua identidade própria, onde se irá definir uma proposta educacional eficiente para as crianças que são atendidas.

Este aspecto ideológico perpassado da creche faz com que se pense na perspectiva psicológica do pós-guerra, que ao realizar uma “cientificação” no modelo de relação mãe-filho, perpassado este como um modelo ideal com relação a criança fazendo com que a creche fique posta em comparação com a mãe criando uma perspectiva de que “ as mães são culpadas de não criarem elas mesmas os seus filhos”.

Esta problemática da creche acarreta um não reconhecimento e uma desvalorização do trabalho do pessoal, pois a creche aparece como um mal menor, e não como local específico tendo local próprio. Esta confusão de papéis não ajuda a resolver o problema da rivalidade entre pais e pessoal, pois ambos acabam se colocando no mesmo papel, no mesmo terreno.(BAUDELOT E BREAUT, 1979 pag. 218).

Pôr ser ideologicamente concebida como instituição de emergência e substituta, o espaço que a creche vem ocupando nos planos governamentais é

pequeno, de onde advém recursos insuficientes, fazendo com que acabe pôr se ter um atendimento precário não especializado.

É a partir de reivindicações e propostas de movimentos sociais urbanos que no final da década de 60 e início da 70 que em muitos países se tem uma nova expansão da rede de creches. Um dos movimentos que mais contribuíram foi o feminista onde o EUA coloca a participação destas como:

Inovadora e positiva... as atividades dos movimentos feministas juntamente com pressões para criação de serviços que atendam a crianças desde a idade mais precoces e insatisfações. Com serviço de bem-estar social, tiveram efeito de expandir o conceito de creche. (FLÚVIA, 1984).

Período este que corresponde também a uma busca de compreender a creche em sua complexibilidade psicológica, social, econômica e política, mas alguns enfoques nas políticas de creches foram alternadas como é o caso da vinculação aos programas de promoção social e ao trabalho materno.

O que cabe avaliar, é que, no processo histórico de constituição das pré-escolas destinadas a infância pobre, o assistencialismo foi configurado como uma proposta educacional específica para esse setor social, ou seja, a educação não seria necessariamente sinônimo de emancipação.

A polarização entre assistencial e educacional opõe a função de guarda e proteção a função educativa, como se ambas fossem incompatíveis, uma excluindo a outra. Entre tanto a observação das instituições escolares evidencia que ela tem como elemento intrínseco aos seus funcionamentos ao desempenho de guardar as crianças que as freqüentam.

A educação assistencialista foi pautada no sentido de prever uma prática intencional no interior das instituições constituídas para esse fim. A primeira característica a ressaltar dessa proposta educacional é que as instituições são defendidas pôr isolar as crianças de meios passíveis de contamina-las, o principal deles a rua.

Em 1872, no congresso P. Internacional, em Londres, já se apontava a importância das instituições educacionais para prevenir a criminalidade. No

interior dos estabelecimentos, previam se outras separações: por sexo, por idade e por grau de moralidade. A guarda então era vista como um elementar na educação destas crianças.

Na segunda metade do século XIX produziu-se um quadro institucional muito mais amplo do que o sistema escolar, que preservava o sistema educacional das elites e destinava um atendimento de segunda ou terceira classe para os outros, ou instituições concedidas às demandas sociais, mas diferenciadas nos seus objetivos educacionais.

Se a primeira característica da educação é a virtude pedagógica atribuída ao ato de se retirar à criança de rua, o segundo aspecto dessa proposta educacional é que a baixa qualidade do atendimento faz parte dos seus objetivos: previa-se uma educação que preparava as crianças pobres para o futuro “que com maior probabilidade lhes esteja destinados”, não a mesma educação dos outros, pois isso poderia levar essas crianças a pensarem mais sobre a realidade, e a não se sentirem resignados em sua posição social de submissão. Por isso, uma educação mais moral do que intelectual, voltada para a profissionalização.

No Brasil, percorreu se um caminho muito comprido, desde a catequização das crianças índias por Anchieta. As primeiras instituições que foram criadas possuíam como objetivo ocultar e cuidar dos filhos de mães solteiras, abandonadas nas portas de igrejas, diante de casas particulares ou na “roda dos expostos” das Santas Casas de Misericórdias (dispositivos giratórios onde se colocavam os bebês rejeitados pelo lado externo). Sendo que a clientela atendida advinha das camadas mais miseráveis da população órfãos ou filhos de indigentes.

E nos trinta últimos anos do século XIX que o país foi marcado pôr um aumento das correntes migratórias que advinham em sua grande maioria da Europa. No período entre 1866 e 1888 tem se uma estimativa que imigraram para o Brasil 131.268 pessoas, sendo que grande partes deste preferiam deixar a lavoura e ir trabalhar em São Paulo, e onde se inicia o grande processo de urbanização.

Até 1920 passamos por um período de caráter exclusivamente filantrópico que evoluem para uma preocupação física e higiênica das crianças como fator de desenvolvimento das mesmas.

Operários de indústrias paulistas na década de 20 reivindicam uma seqüência de vantagens, onde protestavam contra uma série de condições precárias de vida e de trabalho a que se encontravam submetidos, sendo essas longas jornadas de trabalho, insalubridade, infra-estrutura ausente... Dentre as reivindicações estava presente a de creche para os filhos dos trabalhadores.

Os empresários passam a modificar a sua forma política de repressão aos movimentos operários dando início a criação de vilas operárias, clubes esportivos e as escolas maternais e creches para os filhos de operários. Estes empresários também percebem que o fator do filho da operária estar sendo atendido pela fábrica, trazia vantagem para o aumento da produção, pois as mães estariam tranqüilas sendo que seus filhos estariam bem seguros e cuidados, assim aumentando o seu desempenho na produção.

Estes industriais eram chamados de “beneméritos”¹, ou seja, a criação de creches por parte do empregador no âmbito do trabalho era então considerada como um ato de benemerência.

Se percebe explicitamente que a trajetória histórica da educação infantil no Brasil é semelhante a dos outros países, mas começando um pouco mais tarde com o processo de industrialização e urbanização que se inicia em São Paulo.

No ano de 1925 foi promulgado o decreto estadual que realizou a regulamentação das escolas maternais, que eram semi-internatos funcionado juntos as indústrias. Não era destinada ao atendimento prioritário da população empobrecida ou dos filhos de operários, as primeiras pré-escolas estaduais criadas a partir do final do século passado, onde essas classes (na Escola Americana, hoje o atual Instituto Mackenzie em 1877, e na escola Caetano de Campos – a primeira pré-escola pública do município – 1896) eram, freqüentadas por crianças de padrão econômico alto da sociedade da época, é depois de alguns anos que surgem as oportunidades para as crianças empobrecidas que cuidavam da faixa pré- escolar.

A partir da década de 30 deflagrou-se o movimento reivindicatório de defesa a assistência infantil, que envolvia a saúde e a educação, observava-se os reflexos de um processo de uma política social no Brasil. A ordem social mantida pelo Estado que se utilizava de uma estratégia conjunta de repressão e concessões no terreno da legislação social que atendesse as reivindicações da classe trabalhadora.

Fernando de Azevedo, educador da década de 30 elaborou em 1933 o “código de educação”, primeira lei que oferece espaço para a pré-escola colocando a na base do sistema escolar.

É a partir deste momento tem se criado creches, jardins de infância e pré-escolas de uma forma desordenadas e sempre com uma perspectiva de caráter emergencial, sendo perpassado que os problemas infantis criados pela sociedade pudessem ser resolvidos apenas por estas instituições.

O aparecimento das escolas maternas, destinadas a atender os filhos de operários, teve o objetivo teórico de buscar o desenvolvimento integral da criança preocupando-se ao caráter pedagógico associada à função assistencial, numa tentativa de diferencia-los de salas de asilos. Os jardins – de – infância, também com objetivos pedagógico, eram consideradas instituições destinadas a prestar serviços as classes de maiores recursos financeiros. Apareciam a discriminação que o sistema educativo efetuava, criando dois sistemas conflitante: escolas maternas para os filhos de operário e jardins – de – infância para elite e a classe média. (Sousa, 1996, pág. 261).

Sendo atendida por vários programas, permeando entre prefeituras e ministérios, a criança acaba sendo vista de maneira fragmentada. Os programas de saúde e nutrição, por exemplo, preocupam-se apenas com seus órgãos fisiológicos; outros, educacionais, com atividades de mãos, pernas, ouvidos e fala, como se, no final se unisse tudo para que a criança pudesse crescer. Nesses programas, as crianças têm sido tratadas como simples objeto de quem se alimenta, se treina e se cuida, sempre passiva como se não tivesse toda uma história, cheia de fantasmas, com uma sabedoria e muitos desejos que gostaria de ver e concretizar.

¹ Benemérito - que ou aquele que mereceu recompensa (honras, aplausos) pelos serviços notáveis prestados ou pelo comportamento singular, extraordinário, em prol de uma causa.

No ano de 1935 foi criado para atender os filhos de trabalhadores os primeiros parques infantis municipais em bairros aonde se tinha uma grande concentração de operários.

Em 1943, com a legislação trabalhista, a creche aparece como uma exigência em relação com as empresas que possuíssem um número maior que 30 funcionárias mulheres.

Porque a obrigação de instalar berçários nos estabelecimentos que empregam mais de 30 mulheres? A lei não considera que os filhos das mulheres que trabalham em locais com menos de 30 empregadas também precisam ser cuidados e amamentados? (...) Esse limite parece se ligar muito mais à viabilidade econômica para a empresa na montagem e manutenção dos berçários, do que as necessidades dos trabalhadores (...) A rigor, a lei só prevê a obrigatoriedade do berçário. O atendimento a crianças com mais de seis meses de idade não previsto nem a título de sugestão. (...) E a lei não é explícita quanto a obrigatoriedade da empresa de comunicar as empregadas a existência de convênios, nem as empregadas se utilizam dos serviços a que tem direito muitas vezes por falta de informação. (...) A creche tem sido concebida pela legislação trabalhista como direito referido apenas as mulheres e não como direito também dos pais. Parte-se do pressuposto de que o cuidado e educação dos filhos é tarefa exclusivamente das mulheres (SOUZA, 1996, pág.40)

Sendo um direito que acaba por ser restringindo, descumprido e discriminado como se observa na análise acima.

Entretanto, essa primeira investida na área das creches se perdeu e elas ficaram renegadas aquelas instituições filantrópicas que procuravam atender as crianças abandonadas ou filhos de empregadas domésticas, numa escala muito pequena, entrando o Estado com parte das verbas. Havia, uma confusão muito grande entre o que seria orfanato e o que seria creche, sendo que até hoje essa confusão ainda prevalece em alguns locais.

Com a deterioração do salário do homem, a mulher é cada vez mais chamada a participar da luta pela sobrevivência da família, entrando no mercado de trabalho. Hoje, dos 20 % das mulheres que participam da força de trabalho no Brasil, 80% pertence às camadas de renda mais baixa e onde aparece a necessidade da creche como um problema muito concreto e premente. Para essas mulheres que tem filhos pequenos de fato representa uma dificuldade a mais para a sobrevivência da família. As crianças que são deixadas sozinhas,

trancadas em casa ou nas residências de pessoas que cobram por um atendimento não específico e precário, a luta pelas escassas vagas nas creches de qualidades duvidosas essa é a realidade que muitas mulheres enfrentam no cotidiano.

No período de aproximadamente trinta anos no final do século XIX a forma de atendimento às crianças de família de baixa renda aos quais as mães trabalhavam fora do âmbito familiar era constituído por algumas creches que eram mantidas por entidades filantrópicas, parques infantis que ofereciam atendimentos em períodos integrais e, apenas no final deste período, um número muito pequeno de classe de pré-escola estadual em período parcial de atendimento.

A experiência de mães-crecheira, uma maneira criada pela população para o atendimento das crianças e mães e, é algo criticado quando se configura em uma política oficial de atendimento, algo que se torna mais caro que o sistema de creches e também levanta a questão da supervisão das mães o que acaba por constituir outra forma de se explorar o trabalho feminino, já que as escolas municipais de educação infantil (1975) acabaram por priorizar o atendimento parcial, e não o integral como as reivindicações solicitavam, o que fez com que o atendimento fosse prestado a uma classe mais privilegiada economicamente. Com uma chance pequena de conseguir um atendimento integral em pré-escola pública, as mães de crianças na faixa etária de 4 a 6 anos, buscavam matriculá-las em creche, que vinham sofrendo uma pressão por vagas das mães de crianças em idade de 0 a 3 anos.

O movimento de luta por creches surgiu em 1979 durante o I Congresso da Mulher Paulista, reunindo aproximadamente 800 mulheres. As primeiras reuniões compareceram cerca de 46 entidades entre associações de bairro, clube de mães, sindicatos e grupos feministas. Já existia em São Paulo, a quase 7 anos uma luta isolada de vários bairros, e foi a partir da unificação desse movimento que ele tomou força e realmente alcançou uma vitória. Este movimento também teve um importante papel na pressão pela expansão de vagas em creche, defendendo o direito a creche e mostrando a necessidade da sociedade pelo Estado, assumir a responsabilidade dos filhos dos trabalhadores.

A principal preocupação das mulheres nesse movimento de luta por creches é ter onde deixar seus filhos com segurança porque a maioria delas

trabalha fora, e mesmo as que não exercem nenhuma atividade fora do âmbito de sua residência estão sempre sobre carregadas de tarefas domésticas. As mulheres da periferia que estão lutando por creches não possuem claramente as necessidades das crianças e do relacionamento mãe-filho.

No início da década de 80, período em que os pais passavam por um processo pré-eleitoral. Onde os partidos políticos se aproveitam das situações para incluir em suas propostas de governos, a expansão da rede de creche assim buscando conquistar um maior número de eleitores entre as classes mais empobrecidas.

O movimento de lutas por creches em grande sua proporção não reivindica apenas no sentido de um maior número de creches, mas também pela qualidade deste equipamento.

No ano de 1983 as redes de creche públicas se encontram ameaçadas, se instalando uma comissão especial de inquérito sobre creche pela Prefeitura Municipal de São Paulo. As obras e manutenções dos equipamentos exigiam investimentos de recursos financeiros muito elevado, então se inicia uma discussão de que seria necessária a participação de setores privados, onde o Estado deve contribuir apenas indiretamente por convênio, enquanto o movimento de luta por creche volta a atuar em ações de bairros isoladas. Nesse momento reivindicar creche é uma palavra de ordem consensual.

No movimento de luta por creche, o engajamento de grupos feministas logo passa a priorizar outros temas como a violência, a saúde a discriminação do aborto... Com a abertura política no país neste período, fez com que ocorresse uma nova organização dos partidos políticos que retornam seu papel de mobilizadores, desfazendo sua aliança com as feministas.

Então quando Estado oferece resposta para a pressão do movimento de luta por creches, passando a construir creches, onde se destina às vagas para a população economicamente mais empobrecida (a seleção é realizada pela renda mensal de até dois salários mínimos), fazendo com que passe a ter finalidade de equipamento de combate a miséria, assim sendo as mulheres que reivindicaram por creche no movimento não eram realmente atendidas.

Com a proposta de participação se contrata mulheres que estavam engajadas nesse movimento, assim fazendo com que a creche se torne um equipamento altamente dispendioso financeiramente, assim tornando-se um argumento para que a Prefeitura Municipal de São Paulo colocasse um limite na construção de creches ou programas de emergência, ou seja, não se perde aquele aspecto de instituição provisória que se destina apenas a algumas mães, seguindo-se a linha de educação compensatória.

As creches ofereciam de uma maneira geral um atendimento precário, não possuindo as condições mínimas necessárias para as crianças (de 0 até 6 anos de idade), com um elevado número de criança por auxiliar que não possuíam uma qualificação adequada.

Com o movimento da sociedade junto a Assembléia Constituinte teve se uma série de aprovação destas reivindicações na Carta Constitucional de 1988, no artigo 208 inciso IV ficou garantido como dever do Estado.

O atendimento em creches e pré-escolas as crianças de 0 a 6 anos, outro benefício alcançado constitucionalmente é o direito dos trabalhadores de homens e mulheres, tanto no campo e na cidade, "a assistência gratuita de filho dependente desde o nascimento até 6 anos de idade, em creche e pré-escola. (art. 7 inciso XXV).

Segundo Haddad (1991), "a inclusão da creche no sistema educativo abre importante perspectivas a novas propostas relativas as necessidades das crianças de 0 a 6 anos". Fazendo com que a creche desenvolva um trabalho qualificado possibilitando a elaboração de uma política nacional para esses setores embasando diretrizes básicas para implantação e desenvolvimento de programas de creche e pré-escolas no Brasil. A educação infantil passa a vincular-se aos direitos da criança, e não ao trabalho da mãe ou da família pobre.

3 CAPITULO II

3.1 A Creche e a Pré-Escola como Política Pública.

Segundo a autora Potyara Pereira (1996:130) política pública se define, como linha de ação coletiva que concretiza direitos sociais declarados e garantidos em lei. É mediante políticas públicas que são distribuídos ou redistribuídos bens e serviços sociais, em resposta as demandas da sociedade. Por isso, os direitos que as fundamenta é um direito coletivo e não individual. Embora as políticas públicas sejam de competência do Estado, não representam decisões autoritárias do governo para a sociedade, mas envolvem relações de reciprocidade e antagonismo entre essas duas esferas.

Toda política se configura como uma forma de intervenção na realidade social, e pode ser visto como um conjunto de ações do estado que decorrem de decisões ou não, e seus limites serão os processos econômicos, políticos e sociais.

As políticas desenvolvem se através de respostas atribuídas pelas instituições, materializadas mediante programas, projetos e serviços.

Uma política pública pode envolver a mobilização e alocação de recursos; o tempo de realização dos trabalhos; uso de controle (poder); interação entre sujeitos; interesses diversos; adaptações; riscos e incertezas sobre processos e resultados, noção de sucesso e fracasso.

As políticas públicas organizadas em sistemas nacionais centralizadores demonstram um grande fracasso, com isso a tendência hoje das políticas públicas se voltam para o âmbito municipal, estando mais próximas dos cidadãos permitindo assim identificar melhor os casos de violações de direitos, sejam em nível individual; coletivo ou difuso.

A partir do final da década de 70 e que o processo de redemocratização no Brasil traz a proposta de descentralização, uma necessidade para se ajustar ao processo de mudança que vem ocorrendo no sistema produtivo, na organização

do trabalho, na estrutura das famílias e nas relações sociais em geral, alterações estas que possibilitam no desenvolvimento de novas práticas sociais e políticas, assim de novos valores, como analisa Pereira (1996), que coloca a descentralização como uma estratégia para “reverter o quadro de dificuldades causadas pela chamada crise da proteção social”.

A creche deixa de ser concebida como um espaço de assistência “filantrópica, benesse”, passando a ser reconhecida como um espaço de direito da criança e da família, este foi um tema abordado com maior profundidade no I capítulo.

A descentralização pode ser compreendida como “um processo de distribuição de poder que pressupõe, por um lado, a redistribuição dos espaços de exercício de poder ou dos objetivos de decisão, isto é, das atribuições inerentes a cada esfera de governo e, por outro, a redistribuição dos meios para exercer o poder, ou seja, os recursos humanos, financeiros, físicos” (UGA, 1991; p.97).

A descentralização pode ser concebida como um pré-requisito funcional do processo democrático. Podendo ser instrumentalizada como um mecanismo de participação fazendo com que se obtenha retorno do poder a sociedade civil, ou também pode ser utilizada para mascarar um regime autocrático, se caracterizando como uma alternativa para o fortalecimento do aparelho de dominação, considerando que o não autoritarismo implique diretamente em um processo de descentralização.

Uga (1991) coloca que algumas qualidades referentes á descentralização do aspecto da democratização se considerando princípios democráticos (controle do governo por parte dos cidadãos, a participação popular e o processo de educação para a cidadania, o processo decisório por maioria e a atenção as demandas das minorias), sintetizando estas qualidades como:

- a) Fortalecimento da liberdade e direitos políticos;
- b) Viabilização mais fácil de conversão das demandas sociais em programas e serviços;
- c) Maior controle social sobre a administração pública de nível local;

- d) Democratização do Estado;
- e) Papel integrado das instituições municipais;
- f) Multiplicação dos núcleos do poder político por intermédio do fortalecimento do poder local;
- g) Aumento da eficácia das políticas públicas;
- h) Atenção as demandas crescentes por participação por meio das instituições representativas, de nível municipal.

Outra concepção do termo descentralização que vêm sendo identificada como estratégia de redução do gasto público, emanada pela crise fiscal do Estado Moderno, uma seletividade do atendimento de demandas e necessidades, contrapondo-se as expectativas de universalização dos direitos sociais. Se trata de uma das estratégias orientadas pelo Banco Mundial

(...descentralizar algumas responsabilidades públicas, transferindo-as para órgãos ligados às necessidades e condições locais.(Teixeira, 1992; p.28).

Um argumento aonde os liberais, considerando o Estado mínimo colocam o mercado como sendo o melhor e mais eficiente mecanismo de alocação de recursos.

Na Constituição Federal de 1988 no artigo 194, inciso VII, se mostra mudanças na estrutura de poder, que se concentrava na esfera Federal e no âmbito do Estado, passa a reconhecer o Município como federativo e autônomo, estabelecendo assim na organização da seguridade social

“O caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do governo nos órgãos colegiados. Sendo também garantido “participação da população das políticas e no controle da ações em todos as níveis” (art. 204, inciso II).

A Carta Magna do país, coloca que a organização política-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito federal e os Municípios, todos autônomos”, sendo que ao colocar o município como um ser federativo e autônomo, impossibilitando que qualquer outro órgão autoridade ou poder poderá interferir, abrindo um espaço para o “governo local”, permitindo que este governo organize e provenha a administração de acordo com os interesses.

O município vem se colocando como um agente de justiça social, pois é neste nível local que se pode identificar as principais ações redistributivas, e a participação da sociedade civil nos processos decisórios, sem a intervenção de grandes estruturas política.

Ladislau Dowbor (1999) coloca que: “E o município que pode assegurar que cada comunidade, cada bairro tenha o seu posto de saúde, a sua saúde, a sua escola, o seu cinema, os seus meios de transporte e segurança adequada, creche, etc...”

A educação no artigo 211, parágrafo 1º da Constituição Federal coloca que “a união organizará o sistema federal de ensino e dos territórios, financiará as instituições de ensino públicos federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios”, aonde demonstra o processo de gestão democrática. Indicando o caminho da descentralização e da municipalização, a constituição federal também garante a participação da população.

A Constituição federal de 1988 consagra o Estado de direito democrático, reforçando a tradição jurídica da educação nos textos constitucionais brasileiros, onde estabelece o regime jurídico da educação, convertendo a educação como direito público subjetivo, pois é um direito de todo cidadão requerer junto ao Estado a prestação educacional.

A educação é um bem jurídico individual e coletivo, mas as determinações constitucionais nem sempre são cumpridas.

A Constituição Federal de 1988, com relação a política educacional, concede amplos direitos, ampliando e confirmando o interesse social pela educação. No final do século XX falou-se muito a respeito da educação e de sua importância, mas se desarticulou a aplicação dos direitos educacionais. Quando se busca as bases do direito educacional a Constituição Federal deve ser o ponto de partida, seus princípios abrangentes, capazes de multiplicarem-se em muitos direitos garantias e deveres.

Segundo Pinto Ferreira (1997): a fórmula educação para o desenvolvimento é realmente proveitosa, entretanto difícil se torna a educação sem o desenvolvimento, já que a educação, sendo um privilégio de minorias privilegiadas e ricas, só floresce nas áreas de propriedade, e não nas áreas de pobreza. A ordem constitucional do Brasil protege a vida, a liberdade, a segurança e a propriedade de todos que esteja, a ela subordinadas. Também se incluem os direitos educacionais especialmente do aluno, do professor, da escola e da família.

A Declaração Universal dos direitos humanos como ideal comum pelo qual todos os povos e nações devem esforçar-se, a fim de que tanto os indivíduos como as instituições, inspirando-se constantemente nela, promovam, mediante o ensino e a educação, o respeito a estes direitos e liberdades, e assegurem, por medidas progressivas de caráter nacional e internacional, seu reconhecimento e aplicação universais e efetivos, tanto entre os povos dos Estados membros como entre os dos territórios colocados sob sua jurisdição. Sendo no artº 26 da Declaração dos Direitos Humanos garantindo o direito a educação.

A educação na Constituição Federal de 1988, compõe os direitos sociais. Na educação, as medidas originárias de direitos sociais e de políticas sociais significam ônus do Estado. A educação deve ser direito de todos e obrigação do Estado; deve acontecer em escolas; devendo seguir determinados princípios, deve ratificar a autonomia universitária, deve conservar a liberdade de ensino, e principalmente converter-se em direito público objetivo, com a possibilidade de responsabilizar-se a autoridade competente (artº 208, parágrafos 1 e 2 Constituição Federal /88).

A educação como direito público subjetivo, cria a situação em que é preciso haver escolas para todos, seguindo o disposto no regime jurídico constitucional e

dando maior realce ao poder judiciário neste setor. O direito educacional não se reduz a uma simples exposição da legislação do ensino, mas sim como um bem jurídico como garante a Constituição Federal de 1988, porque é com ela que se constrói uma sociedade livre, justa e solidária e só com ela se garante o desenvolvimento nacional.

Como direito público subjetivo a educação pode ser protegida por ser um bem jurídico, individual e coletivo, com a força de direito de ação.

A associação brasileira de educação já colocava em 1932 a educação como um dos mais importantes e graves problemas nacionais, no manifesto produzido neste período discutiu-se a dissociação entre as reformas educacionais e econômicas não chegando a um consenso, resultando na ausência de um sistema de organização escolar a altura das necessidades modernas e das necessidades do país. Tudo fragmentado e desarticulado.

No Governo Vargas algumas leis orgânicas tentaram adequar-se as “necessidades modernas” referida no manifesto, mesmo assim continuou a persistir a desarticulação. Houve ainda um aprofundamento ainda maior da fragmentação, reservando para os “bens nascidos” a lei do ensino secundário. Na educação, portanto a clientela ficou distribuída entre aqueles que tinham o direito nato de atingir a níveis superiores e aqueles que no máximo poderiam pleitear um nível médio de formação especializado.

A Constituição ampliou o que a CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), de 1942, já designava como direito das mulheres trabalhadoras de contarem com o espaço e horário na jornada de trabalho para a amamentação de seus filhos. O art. 7 inciso XXV, estabelece como direito dos trabalhadores urbanos e rurais a assistência gratuita aos filhos e dependentes entre 0 e 6 anos de idade em creches e pré-escolas.

Em 1982 devido a uma iniciativa oficial a educação pré-escolar é incluída no âmbito da educação básica através de uma decisão do Ministério da Educação contidas nas observações do documento “Educação pré-escolar- Programa Nacional – MEC / SEPS”.

A constituinte foi um marco decisivo na afirmação dos direitos da criança, neles incluindo o da educação em creches e pré-escolas. A sociedade civil e

organismos governamentais fizeram evoluir o estágio que a consciência social havia alcançado sobre as crianças como indivíduo é membro da sociedade, e o Estado tem o dever de assegurar os direitos da criança à educação infantil.

Desta forma, o Ministério da Educação e do Desporto tem o papel de propor a formulação de uma política nacional de educação infantil, norteados pelos parâmetros da Constituição, especialmente às de descentralização político-administrativa e da participação da sociedade.

Ao situar a creche no capítulo da Educação e entre os deveres do Estado com a educação, a Constituição explícita a função eminentemente educativa daquela instituição, a qual se agregam as ações de cuidado, historicamente exercidas e buscadas.

Destaca-se na Constituição (art. 205) que a educação é um direito de todos e, por inclusão, também das crianças de 0 a 6 anos de idade.

No inciso IV do art. 208, “o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de atendimento em creche e pré-escolas às crianças de 0 e 6 anos”. Sendo um dever do Estado, é um direito da criança.

A educação infantil pode ter um significado particularmente importante, quando se fundamenta numa concepção de criança como cidadã, como pessoa em processo de desenvolvimento, como sujeito ativo da construção do seu desenvolvimento.

As diretrizes que orientarão as ações da educação infantil baseiam-se nos princípios:

1. A educação infantil e a primeira etapa da educação básica destinada a criança de 0 a 6 anos, não obrigatória, sendo um direito a que o estado tem obrigação de atender;
2. As creches e pré-escolas são instituições que oferecem educação infantil, e integram no sistema de ensino, faixa etária de 0 a 3 anos na creche e 4 a 6 anos na pré-escola;
3. A educação infantil é oferecida em complementação à família, proporcionando condições para o desenvolvimento físico, emocional, cognitivo e social da criança, ampliando suas experiências e conhecimentos, estimulando seu

interesse pelo processo de transformação da natureza e pela convivência em sociedade;

4. As ações devem, ser complementada pelas áreas de saúde e assistência;
5. Deve ser levado em conta para a elaboração do currículo, o grau do desenvolvimento da criança, a diversidade social e cultural das populações infantis e conhecimentos que se pretendem universalizar;
6. A formação dos profissionais deve ser de nível médio ou superior;
7. O atendimento das crianças com necessidades especiais devem ser na rede regular de creches e pré-escolas.

Diretrizes para uma política de recursos humanos.

Devem ser asseguradas condições de trabalho de carreira, salário e formação continuada para o profissional e que sua idade seja igual ou superior a dezoito anos.

Diretrizes propostas para o profissional da educação infantil:

- Função de educar e cuidar, de forma integrada, da criança de 0 a 6 anos;
- Valorização profissional, com respeito às condições de trabalho, plano de carreira, remuneração e formação;
- Atualização, formação e especialização devem ser asseguradas;
- A formação inicial, em nível médio e superior, deverá contemplar em seu currículo conteúdos específicos relativos a esta etapa educacional;
- Condições deverão ser criadas para que os profissionais de educação infantil que não possuem a qualificação mínima, de nível médio, obtenham no prazo máximo de oito anos.

As diretrizes pedagógicas:

A criança é concebida como um ser humano completo que, embora em processo de desenvolvimento, dependente do adulto para sobreviver e crescer, não é apenas um “vir a ser”. É um ser ativo e capaz, motivado pela necessidade

de ampliar seus conhecimentos e experiências e de alcançar progressivos graus de autonomia frente às condições de seu meio, são um sujeito social e histórico, pertence a uma família, que esta inserida em uma sociedade, com uma determinada cultura, em um determinado momento histórico. É profundamente marcado pelo meio social em que se desenvolve, mas também o marca, o que lhe confere a condição de ser humano único, de indivíduo.

O desenvolvimento psicológico ocorre através das interações estabelecidas entre a criança e seu meio físico e social. Nesta interação, ela ativamente modifica seu ambiente e é por ele modificada. A interação com outras pessoas, adultas e crianças, exerce um papel importante no desenvolvimento infantil e na construção do conhecimento, sendo mais efetiva quando se dá de forma lúdica e afetiva, e, portanto, prazerosa. O desenvolvimento afetivo e a identidade se constroem na interação com os outros, sendo a primeira infância momento fundamental neste processo.

A implementação de uma proposta pedagógica exige que o educador tenha uma intenção educativa, organizando o ambiente, planejando, por iniciativa própria e com as crianças, as experiências de aprendizagem, sugerindo e coordenando as atividades e dando encaminhamento às propostas das crianças. Sua função é de mediador, iniciando ou propondo atividades, lançando desafios a partir da avaliação do que esta acontecendo com as crianças a cada momento, suas expectativas, desejos e necessidades, e seu nível de desenvolvimento e aprendizagem.

Em 1992 tem se o Pacto Internacional sobre direitos econômicos, sociais e culturais, colocando sobre a gratuidade da educação em seu artº 13, onde coloca que a educação primaria deverá ser obrigatória e acessível gratuitamente a todos.

Seguindo os preceitos da descentralização político-administrativa e a participação da sociedade na formulação de políticas públicas, o Ministério da Educação e do Desporto iniciou a partir de outubro de 1993, a discussão deste documento, em que são postas as diretrizes gerais para a política da educação infantil, bem como as ações que o deverá coordenar, nos próximos anos, referente a esse segmento educacional.

A descentralização fiscal para Estados e Municípios, iniciada na década de 80 (primeiro período da descentralização educacional) aumentou a disponibilidade de recursos nessas instâncias governamentais. A esfera municipal recebe hoje 10% a mais do total da receita da União do que na década do regime militar, representando em torno de 20 bilhões de reais a mais por ano.

Como resultado do processo desencadeado pela lei da vinculação o setor educacional aumentou significativamente a sua disponibilidade de recursos orçamentários. Em contrapartida, o aumento da oferta de serviços educacionais, por parte das instâncias governamentais municipais, foi modesta e totalmente focalizada no ensino pré-escolar com a anuência dos governos estaduais.(RODRIGUES, 1997).

Durante a década de 90, um dos principais problemas apontados pelos foros educacionais, são os desvios na execução orçamentária dos recursos da educação para outras atividades dos poderes públicos, devido a este fator a União encontrou legitimidade para intervir nacionalmente na política educacional.

Com quase uma década de resistência dos prefeitos municipais e governos estaduais para se conduzir um processo articulado de descentralização da educação entre as esferas governamentais ocorreu à intervenção do governo federal através da Emenda Constitucional n º 14/96 e da lei 9324/96* o que caracterizou um novo cenário de coordenação do processo.

A forma negligente e fragmentada com que a União enfrentou o problema da nova distribuição de recursos, entre 1988 e 1995, seria o responsável por uma primeira tensão no sistema educacional quando implantado o FUNDEF. Quando o FUNDEF é implantado se retira recurso do ensino pré-escolar, e os aloca (os recursos) no ensino fundamental. Com isso o FUNDEF se apresenta como uma armadilha para os prefeitos, pois terão que reduzir os níveis de qualidade no sistema, como também a oferta de vagas na pré-escola.

A forte autonomia política dos municípios herdado de 1988, a total autonomia financeira dos sistemas municipais de ensino na atual reforma e a falta de foros político e institucionais apropriados tiram dos estados a capacidade de articular políticas educacionais estaduais, de coordenar os processos de correção e ajuste das desigualdades geradas pelo próprio Fundo. Com tudo isso aos

poucos deixaria de existir um sistema estadual de educação, sendo este substituído por múltiplos sistemas municipais diversos e possivelmente desiguais. Pesquisas que acompanham o fundo, no Estado de São Paulo, apontam para a diminuição da oferta de matrículas no ensino infantil. Sendo então os municípios responsáveis pela educação infantil, não extinguindo a assistência técnica e financeira da União e dos Estados.

O federalismo constitucional mostra a ausência de hierarquia entre os sistemas de ensino da União, dos Estados, e o dos Municípios, a não ser quando a união legisla nacionalmente sobre diretrizes e bases e sobre normas gerais, para ordenar a educação brasileira.

Os abusos do poder regulamentar, na administração educacional, por parte dos órgãos do poder executivo, ao produzir normas de comportamento e da organização destinados a regulamentar a lei nº 9.394/96 (LDB), acabam por corromper os preceitos desta lei e da Constituição Federal.

Após 15 anos de promulgação da Constituição de 1946 surgiu a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei 4.024/61) devido as várias mudanças ocorridas na sociedade, surgiu-se a necessidade da elaboração de uma nova constituição cidadã.

Segundo Darcy Ribeiro (1997), “a LDB mostra que a educação nacional precisa de medidas salvadoras, nos três níveis de ensino”. A nova LDB visa o pleno desenvolvimento das pessoas humanas, e suas inovações caracterizam um novo projeto para a educação.

A Constituição de 1988 é também inovadora no que refere se ao atendimento em creches e pré-escolas (para crianças de 0 a 6 anos de idade), as legislações anteriores não abordavam este referencial, a não ser a LDB de 1961, de uma forma de atendimento e faixa etária.

A nova LDB garante a efetivação do Estado na universalização da educação infantil, abrangendo justamente as faixas etárias citadas, distribuindo as por creches e pré-escolas.

A lei nº 9.394/96, de 20 de Dezembro de 1996, estabelece as diretrizes e as bases da educação nacional, esta lei tem dado oportunidade á abundância de

normas regulamentares, impossibilitando a flexibilização das atividades educacionais.

A LDB de 1996 não estabelece faixas etárias para atendimento.

A educação infantil constitui hoje um segmento importante do processo educativo. A demanda por creches e pré-escolas, bem como a resposta dos sistemas de ensino são fenômenos comuns a diversos países. Vários fatores contribuem para a expansão da educação infantil no mundo, entre os quais se destacam os avanços do conhecimento científico sobre o desenvolvimento das crianças, a participação crescente da mulher na força de trabalho extradomiciliar, a consciência social sobre o significado da infância e ao reconhecimento por parte da sociedade, sobre o direito das crianças à educação, em seus primeiros anos de vida.

A educação infantil tem como proposta o desenvolvimento da criança para receber uma formação comum que venha permitir-lhe a inclusão como cidadão na vida em sociedade, essa formação tem por objetivo fazer com que a criança adquira meios para progredir no trabalho e nos estudos posteriores. O artigo 205 da Constituição Federal mostra que a educação não está restrita apenas ao dever do Estado e da Família, mas amplia-se também a obrigação a toda sociedade.

A lei não se detém num objetivo geral, mas há uma integração com família assim possibilitando um favorecimento do desenvolvimento físico – psicológico e intelectual da criança, não visando este apenas como uma pessoa, mas como um participante de preservação e conservação da natureza, e na sua convivência em sociedade é que irá ocorrer o processo de socialização.

O Estado tem por responsabilidade prover e criar instituições para a educação infantil, firmando-se assim o direito subjetivo à educação, aonde qualquer pessoa da sociedade civil possa reivindicar ao poder público quando seus direitos forem infringidos.

A avaliação na educação infantil é definida pelo desenvolvimento de cada criança, em termos pedagógicos exclui-se o processo de aprovação, porém é realizado o processo de verificação dos avanços de cada educando em relação aos objetivos de educação infantil.

A Constituição de 1988 inclui a educação no capítulo III do título VIII – da ordem geral – o que representa um esforço consciente de integrar o problema educacional aos demais previstos nesse título, como a assistência social, a saúde, a ciência, a tecnologia, a comunicação social e o meio ambiente.

A política educacional deve desempenhar um importante papel ao mesmo tempo em relação à democratização da estrutura ocupacional que se estabeleceu, e a formação do cidadão preparando-o para ser competitivo frente a ordem mundial globalizada.

A creche é a pré-escola enquanto política pública objetiva a distribuição e prestação de serviços sociais à criança e à família, ou seja, sendo um direito coletivo e não individual, garantidos por lei, e onde o Estado e a sociedade são responsáveis pela efetivação deste direito.

4 CAPÍTULO III

4.1 Contextualização do Município de Presidente Prudente

O município de Presidente Prudente foi criado através da lei nº 1798, de 28 de Novembro de 1921, e a sua instalação se deu em 27 de agosto de 1923. Pela mesma lei foi instituído o distrito de paz. A lei nº1887, de 8 de dezembro de 1922, estabeleceu a comarca, desvinculando Presidente Prudente da comarca de Assis. A instalação ocorreu em 13 de março de 1923. Impulsionada inicialmente pela economia cafeeira, a cidade recebeu posteriormente, outros fomentos econômicos, como algodão, milho, feijão e pecuária.

Presidente Prudente foi fundada por Francisco de Paula Goulart (fundou a Vila Goulart) e seu principal adversário político Jose Soares Marcondes (Vila Marcondes). Através da junção dos dois núcleos criados para oferecer amparo às vendas de terras feitas pelos dois coronéis. A necessidade de um centro de interligação entre o sertão e o mundo povoado, que se encontrava a retaguarda, um lócus de abastecimento de gêneros e instrumentos para o trabalho, centro este que teria que possuir escola, médico, farmácia, hospital, se tornando assim um atrativo para os compradores das terras, então o surgimento dos dois núcleos.

Um período onde não se possuía nenhuma infra-estrutura (saneamento, esgoto, etc.) o índice de mortalidade infantil era extremamente espantoso (mais de 80% dos recém-nascidos faleciam). As doenças endêmicas também se davam em altos índices ocasionando um grande número de óbitos.

Em 1920 foi realizado um recenseamento, onde se identificou a presença de 846 habitantes na zona urbana, existindo entre estes 251 crianças em idade escolar (entre 5 e 12 anos de idade).

Entre o período de 1930 e 1937 Presidente Prudente conviveu por aproximadamente quatorze meses com um sistema de prefeito e câmara municipal eleitos democraticamente. Após esta fase vigorou se um regime administrativo, de prefeitos nomeados pelo governo do estado, fazendo com que ocorresse um desencadear de contendas, um verdadeiro “vale-tudo” sem limites

para se conseguir à suprema regalia de tornar-se o detentor do poder executivo do município. Relevante enfatizar que em 1937 o país foi atingido pelo golpe de estado dirigido por Getulio Vargas.

A cidade por sua localização geográfica tornou se passagem obrigatória para aquelas que se dirigem para o Mato Grosso do Sul e para o Paraná, ou seja, hoje e considerada um centro fornecedor e receptor de mercadorias, produtos e serviços.

Com uma área do município territorial de 563,6 KM (sendo esta 113,29 KM urbana e 450,31 KM² rural), e com uma taxa de 91,76 % de urbanização².

Uma região que concentra 6% da área cultivada no Estado e 13% da ocupada em pastagem. Contendo como principais produtos agrícolas o algodão (com uma produção calculada em 36.000 arrobas), o milho (com 56.000 sacas), o arroz (produção de 2.000 sacas), feijão (com 4.000 sacas), o maracujá (com 25.000 caixas), o melão e a melancia (com 2475 toneladas), assim como a produção de amendoim, café, a cana, a mandioca e a batata-doce. Com um rebanho bovino na região que esta calculada em 2.460.000 cabeças sendo um dos maiores de todo o país. Sendo considerado pólo irradiador de Know-how para toda a região, tanto para o gado de corte como para o leiteiro.

No setor secundário o município apresenta-se com 458 indústrias cadastradas na prefeitura municipal, número este relevante que coloca a cidade no contexto regional com uma importância abrangendo 58% das sedes de indústrias associadas á FIESP/CIESP, que se encontram instaladas na 10ª região administrativa do Estado de são Paulo. Possuindo quatro distritos industriais.

Já no setor terciário se tem 4.834 estabelecimentos cadastrados, torna-se um centro atacadista e varejista, principalmente em relação a produtos alimentares, derivados de petróleo, eletrodomésticos, máquinas e implementos agrícolas. A prestação de serviços destaca-se também com o setor de saúde (no que se refere a médicos, hospitais e odontologia).

O setor educacional se apresenta com uma preocupação concretizada na oferta e melhoria das condições físicas, administrativas, sociais e econômicas das suas escolas, no aspecto administrativo, profissional e alunos.

Onde a educação infantil (de zero a seis anos) municipal atualmente oferece 7.000 vagas, distribuídas por 41 unidades. O ensino fundamental é médio tanto público e privado, somam 1414 classes, com um número aproximadamente de 43.381 alunos no 1º grau e 225 classes, e 8.868 alunos no 2º grau. Neste setor ainda conta com cursos profissionalizantes oferecidos pelo SENAI, SENAC e SESI.

Em relação ao nível superior conta com quatro instituições, atendendo uma demanda de todo o país em várias áreas profissionais. E nesta população estudantil que se encontra uma brexa em relação ao número populacional do município, já que o IBGE não considera os migrantes que permanecem por um determinado período até concluírem os estudos.

4.2 A Contextualização da Creche e da Pré-escola no Município de Presidente Prudente.

No município de Presidente Prudente a creche e a pré-escola enquanto política pública objetiva a distribuição da prestação de serviços sociais, seguindo as disposições do E.C.A no art.86 aonde esta posto que “a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto de ações governamentais e não governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”.

Com a descentralização administrativa no processo de municipalização do sistema de serviços educacionais, vem se realizando nos Estados, onde em função do FUNDEF ocorre uma transferência da rede de escolas vinculadas a educação básica³ para os municípios. Seguindo o que a Constituição Federal/1988 coloca no artº 211 parágrafo 1º, a LDB coloca a necessidade de instrumento anual da União de 18% (ou acima) e por Estados e Municípios e Distrito Federal de 25% (ou acima) da receita resultante de impostos para o desenvolvimento do ensino público.

² Fonte de dados do IBGE

³ Educação básica: deve ser entendida como a educação infantil, ensino fundamental e médio.

Sendo que os recursos direcionados a educação compreendem: as receitas de impostos próprios da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios; as receitas de transferências constitucionais e muitas transferências: as receitas do salário-educação e de outras contribuições sociais; as receitas de incentivos fiscais e outros recursos previstos na lei.

Atendendo a creche também uma necessidade do capital, ao ter uma função econômica no que se refere ao solicitar uma mão-de-obra (normalmente feminina), para a comunidade para que as atividades dentro da instituição sejam desenvolvidas.

Se tornando um espaço de segurança que as famílias buscam para deixarem seus filhos enquanto estão trabalhando para subsidiar o sustento familiar. Passando a atender necessidades sociais de proteção de guarda, alimentação, recreação, lazer, saúde e educação das crianças.

No município se percebe que as creches são distribuídas territorialmente, mas algumas destas estão instaladas em locais sem nenhuma infra-estrutura, oferecendo até mesmo risco para as crianças que são usuárias do serviço. As creches e pré-escolas municipais que estão localizadas em bairros mais “centralizados” acabam por atender a classe média, aonde se percebe que existe uma infra-estrutura melhor, devido esta também a colaboração das famílias que possuem uma melhor condição econômica e social de estar participando efetivamente na organização da instituição.

Hoje a Secretaria da Educação trabalha articuladamente em parceria com os outros setores (saúde, habitação,...), prestando um atendimento que abrange mais os interesses da família, permitindo o ingresso, regresso, sucesso e permanência da criança na creche e pré-escola (Ex: bolsa alimentação, bolsa escola, etc.). São programas elaborados e subsidiados pela esfera federal que são repassados ao município para que os adequem a realidade local.

Em 1985 no município se tinha um número de seis creches conveniadas, sendo estas mantidas por entidades particulares assistencialistas e filantrópicas, um período de mudanças administrativas, que passou a ser conhecido como governo comunitário, aonde ocorreu uma proposta política ideológica, a implantação da rede municipal de creches, onde a responsabilidade estaria sobre

a nova Secretaria Municipal de promoção e Bem-Estar Social⁴ (percebe se que a creche não estava ligada ainda a secretaria da educação, mas sim a de assistência social). Selecionando bairros que apresentavam um número elevado de demanda e mobilização do bairro por implantação de creches. Em muitos bairros, foram alugadas casas que foram adaptadas, e se encontravam inadequadas para ao atendimento as crianças, ao invés de se realizar a construção destas, fator este que pode também ser atribuído por um aceleração deste processo por se querer realizar a inauguração das creches antes do final do mandato.

Nesta administração as creches estavam sendo colocadas como um eixo central no programa da área social os recursos para estas estavam orçados no próprio gabinete do prefeito e não na secretaria. Ou seja, a creche foi utilizada como estratégia política de propaganda na campanha eleitoral de 1988. Neste processo eleitoral quem venceu foi a oposição, que reduziu todos os orçamentos e projetos nesta área, já que este era considerado como uma proposta do candidato do mandato anterior, assim fazendo com que este setor ficasse destinado ao descaso e abandono, sendo atendida em reformas apenas em casos emergências. Nesta ação se percebe uma forte posição ideológica, a creche passa a ser vista com um aspecto assistencialista, serviço este que nesta concepção deveria ser destinado a população carente, prestado como um “favor” e “benesse” oferecido por esta administração, e não concebido como um equipamento da educação e como um espaço de desenvolvimento infantil.

Em 1990 a Secretaria Municipal de Promoção e Bem Estar Social foi extinta, passando a creche a ser de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação.

Na administração municipal de 1990 tinha se como objetivo em relação a programação de creche a manutenção quantitativa de uma organização já existente, não se destinando muita atenção para o aumento da demanda e a qualidade do serviço prestado.

⁴ Conforme informações das autoras GAMA; MARTINEZ; PLASA, não foi elaborado pela Secretária Municipal de Bem Estar e Promoção Social nenhum decreto lei de criação das creches, tendo que para levantar os dados recorrerem a funcionários que exerciam atividades neste período mencionado.

A população usuária objetiva o atendimento das necessidades de guarda, proteção, segurança, alimentação e higiene das crianças, assim como os funcionários que em primeiro lugar objetivam a manutenção do seu emprego e em segundo o mesmo que a população usuária. Enquanto a equipe de apoio objetiva a efetivação de uma proposta educativa, e também busca oferecer o atendimento das necessidades e demandas da população.

Passando a ser responsável administrativamente pelo programa de creches, centralizada na Secretaria Municipal da Educação, fica dividida em quatro setores: CIEM (Centro Integrado de Educação Infantil – 3 unidades); rede descentralizada de pré-escola municipal com salas de aula nas escolas estaduais, centro comunitário, creches da rede privada e algumas salas próprias; rede de creches municipais; apoio escolar, setor onde se tem a administração e distribuição da merenda escolar além de consertos e manutenção emergências. Sendo que este programa de creches municipais possui um diretor administrador graduado em pedagogia e uma equipe de apoio (1 pedagoga, 3 assistentes sociais, 2 psicólogas e 4 orientadoras pedagógicas).

A formação profissional dos coordenadores de creches alterna entre 1º grau, magistério e curso superior em pedagogia ou letras.

Em relação aos funcionários de creches se chegou ao seguinte diagnóstico:

- Auxiliar de Desenvolvimento Infantil = nível de 1º grau, poucas possuem magistério e uma minoria faculdade;
- Merendeiras, serviços gerais e zeladoras, são alfabetizadas ou 1º grau incompleto;

O diretor técnico é o vínculo entre o secretário da área e os dois outros níveis hierárquicos, ou seja, se estabelecendo uma interligação entre a equipe de apoio técnico e os coordenadores de creches.

A equipe de apoio técnico, apesar de estar limitada em relação ao seu recurso humano, materiais e financeiros possui uma autonomia na condução de suas propostas, se movimentando nas unidades de creches, obtendo acesso a todos os integrantes deste espaço (funcionários, famílias e crianças.). As famílias se tornam um foco importante dentro da instituição pois e através deste que

apresentam as reais necessidades sociais e a realidade de vida destas famílias e crianças, assim contribuindo para que as ações, não estejam divergentes a verdadeira realidade de seus usuários.

Esta equipe de apoio técnico contava neste período com 5 técnicos e 4 orientadores pedagógicos para atender 130 funcionários, 900 crianças, 600 famílias em 12 unidades descentralizada, um trabalho que se torna muito limitado já que este deveria ser efetivado junto com os indivíduos que “operam” o cotidiano da instituição creche. Sendo também que esta equipe encontra dificuldades na sistematização, documentação, planejamento e diretrizes que norteavam o trabalho antes desenvolvido pela secretaria, ou seja, ocorreu uma falta de comunicação entre as duas equipes.

O profissional que assumir o papel de coordenador deve ter noções de administração e organização, assim como o processo de desenvolvimento infantil, pedagogia e se ter uma visão de homem mundo que lhe permitia compreender a realidade das famílias e dos funcionários, sabendo lidar com conflitos e contradições que são apresentadas no cotidiano. E este profissional que também acaba por determinar a direção de atuação da creche, podendo superar ou não aquela visão assistencialista, de “benesse”. A equipe de apoio técnico e que deverá instrumentalizar o coordenador de Creche, o que só alcançara algum objetivo se possuir condições e determinações para engajar-se na proposta.

Tem-se muita dificuldade nesta questão do coordenador pois é apenas uma minoria destes profissionais que assimilam o conhecimento ou que percebem a necessidade de avanço. Estas divergências de interesses dificultam uma ação coletiva que resulte em uma valorização da função e da elevação do nível salarial. A questão da estabilidade no emprego, e algo muito contraditório porque ao mesmo tempo em que traz a segurança do emprego, também trás a questão do comodismo o que resulta em um a prática qualitativamente questionável e estagnada.

Ao que se refere as auxiliares de desenvolvimento infantil demonstram elementos que se enquadram em uma proposta qualitativa do trabalho, demonstrando estarem dispostas a construir um projeto profissional, mesmo possuindo a estabilidade de emprego.

A realidade de vida destas profissionais (A.D.I) não se diferencia muito das famílias usuárias, e em grande maioria co-habitam próximo as creches, e restringem sua prática profissional de forma ativista, e não conseguem visualizar outra prática, assim como as famílias não conseguem visualizar outra prática para atender de uma melhor maneira seus filhos, algo que deveria ser buscado em conjunto, por ser um direito da criança.

O poder de autonomia atribuído que a instituição concebe aos funcionários faz com que acabe por se estabelecer um relacionamento autoritário com as famílias, as crianças e entre os próprios funcionários, o que acaba por gerar conflitos, subordinações, inflexibilidades, tornando o ambiente tenso. As autoras GAMA; MARTINEZ; PLASA, também colocam a observação de que em unidades aonde as A.D.I estão menos arraigadas com este cotidiano e buscam um avançar da prática, também as famílias são mais participantes e organizadas, se tendo uma maior interação entre familiares e instituição, ambiente este onde a comunicação se estabelece e flui tanto verticalmente como horizontalmente, pois neste ambiente foi estabelecido um diálogo.

Os outros profissionais (merendeiras, serviços gerais,...) que não possuem um contato direto com a criança não sendo seu objetivo de ação, mesmo envolvido nos conflitos atingem um menor grau de dificuldade em executar suas atividades, no entanto não visualizam a creche como um equipamento de educação da criança e demonstram dificuldade para cooperação neste processo. Alguns fatores cooperam para a desvalorização desta categoria (a ampliação da jornada de trabalho e a não exigência de escolaridade para o curso de efetivação).

Quando historicamente se passa o papel de substituta materna (causando uma desvalorização do trabalho das funcionárias) contribui também para aumentar os conflitos entre pais e funcionários que buscam ocupar o mesmo papel para a criança.

A formulação de um conselho de A.D.I, foi criado com o intuito de atender uma luta pela valorização do trabalho destas profissionais, a partir das freqüentes queixas, sendo que em cada unidade existira um representante deste conselho, que estimulava a discussão de dificuldades e problemas referentes a categoria. Mas este grupo não conseguiu realizar uma mobilização com todas as

funcionárias, passando ao sindicato a mobilização por esta causa o que vem desempenhando uma ação “ineficiente”. Estas profissionais reclamam muito da questão da jornada de trabalho, que por ser de 8hrs diárias e muito exaustiva, o que reflete na qualidade do serviço prestado.

Em relação à hierarquização as autoras GAMA;MARTINEZ;PLASA (1993) se expressam da seguinte forma: “Os níveis hierárquicos acima dessa equipe não se manifestaram formalmente a favor e não propiciou condições á organização e luta da categoria em questão”. A posição da administração evidencia sua concepção de creche e a força coercitiva e autoritária expressa verbalmente, em documentos e ofícios da administração municipal.

A relação de participação das famílias se efetiva no cotidiano da creche, em contatos pessoais quando vão levar ou buscar seus filhos, em reuniões e eventos. Sendo este contato maior com as A.D.I para se informarem da rotina de seus filhos, e em alguns casos com a coordenadora para a resolução de interesses individuais. Os funcionários visualizam a família como pessoas que irão opinar e dar opiniões em sua rotina de trabalho.

A participação das crianças irá se dar conforme a realidade de cada unidade, da assimilação desses princípios por parte da coordenadora e grupo de A.D.I.

A Constituição Federal /1988 garante a creche como um direito de todos e dever do Estado de prestar o atendimento, mas calcula-se que apenas 10% da demanda seja atendida, algo que faz com que se crie limite nos objetivos se priorizando as crianças e famílias economicamente carentes, entrando assim em conflito com o aspecto da universalização.

A cultura da subalternidade e benevolência originadas ao longo da história pela assistência social, passa a se configurar como um determinante da relação de poder entre a creche e a família. A questão da vinculação do favor/benevolência da política social, e não como um direito, vem contribuindo para limitar o trabalho das creches municipais de Presidente Prudente.

No ano de 1994 foi implantado o PAIP (Programa de atendimento a Infância Prudentina), tendo como objetivo atender em um só local os projetos CCIM (Centro de Convivência Infantil Municipal) e CIEM (Centro Integrado de

Educação Municipal), atendendo a criança de 0 e 6 anos no período integral, estando sua estrutura física dividida em dois pavilhões: os berçários e maternais de um lado, com crianças de 0 à 3 anos e, no outro, a pré-escola, com crianças de 4 à 6 anos.

O primeiro atendimento feito à educação infantil pela Secretaria Municipal de Educação de Presidente Prudente tem origem na pré-escola “pingo de gente” e “chapeuzinho vermelho”, com o atendimento as crianças de 4 à 6 anos em período parcial. A partir de 1990, com a criação do CIEMS (Centro Integrado de Educação Municipal), e logo em seguida, com a vinda das creches para a SEDUC, a pré-escola Pingo de gente, passa a denominar-se EMEI (Escola Municipal de Educação Infantil).

Em 1997 o número de crianças atendidas nesta faixa era de 6518 e a demanda reprimida de 5000 crianças. Como estes dados não se encontravam sistematizados, em muitos casos a mesma criança constava na lista de espera de mais de uma creche, outro problema que se encontrava era em relação aos critérios de atendimento.

Quando se iniciavam as inscrições para vagas, as pessoas costumavam dormir nas filas, em um desespero para serem atendidas. Para evitar este constrangimento a família buscou se criar critérios de atendimentos aos quais toda a população considerassem mais justo.

Para sintetizar estes critérios foram realizados seminários com vários setores da sociedade. Participando deste o Conselho Tutelar, Conselho Municipal de Educação, Conselho da Criança e do Adolescente, Poder Judiciário, como também associações, sindicatos e representantes de pais e funcionários.

Sendo definida como prioridade a criança desnutrida; depois as que se encontram em situação de risco pessoal e social, em seguida, considerou se a renda per capita, priorizando a mãe que se encontra inserida no mercado de trabalho. (ANEXO H).

Em relação à demanda reprimida de 5000 crianças, a secretaria buscou alternativas de atendimento realizando parcerias com igrejas, associações e entidades para a ampliação de vagas em creches e pré-escolas. Através da concessão do prédio ao município, ao qual poderia estar ampliando o

atendimento, sendo também reformado e ampliado algumas unidades do município. Esta medida fizera, com que se pudesse ampliar o número de atendimento (2800 vagas), obtendo se assim um diagnóstico da demanda da cidade, permitindo se um planejamento do atendimento.

Com este processo de sistematização dos dados após a criação de vagas, todas as solicitações de vagas que são realizadas nas unidades devem ser encaminhadas para a Secretaria Municipal de Educação, o que permite se ter o controle da demanda e classificação das crianças de acordo com os critérios estabelecidos.

Segundo informações da Secretaria Municipal de Educação, não ocorreu alteração significativa no número de atendimento nos anos de 2000 (6813 crianças atendidas) e 2001 (6892 crianças atendidas), pois a rede física permaneceu a mesma de 1999. Mantendo convênio com cinco entidades que atendem a demanda de educação infantil.

Mantendo parceria com várias secretarias e setores da rede municipal (Administração: assessoria jurídica e legislativa; planejamento desenvolvimento urbano; finanças; desenvolvimento econômico; obras e serviços públicos; assuntos viários; cultura; saúde; assistência social, esportes e meio ambiente).

Esta retrospectiva da política de educação infantil do município foi abordado com o intuito de fundamentar a necessidade da criação de locais de atendimento, como o campo de pesquisa ao qual elegemos como objeto de pesquisa.

Abaixo esta tabela que demonstra esta trajetória do atendimento da educação infantil no município:

TABELA 1

ATENDIMENTOS DE CRIANÇAS DE 0-6 ANOS NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE (1983-2001)

	Tipo de Ensino								
	Ano	Pré-Escola Pingo de Gente	Creche	Pré-Escola	EMEI	CCIM	CIEM	PAIP	Total Ed. Infantil 0-6
(1)	1983	425	731						1156
	1984	525	779						1309
	1985	1025	832						1857
	1986	1325	970						2295
	1987	2100	1680						3780
	1988	2125	2010						4135 (?)
(2)	1989		(?)	2350					2350 (?)
	1990		(?)	2507					2507 (?)
	1991		Passam p/ SEDUC	3522					3522
	1992	Não encontramos registros							
(3)	1993				1649	565	1230	--	3444
	1994				2235	488	1440	540	4703
	1995				2079	442	1530	668	4719
	1996				2185	918	1041	912	5056
(4)	1997								6518
	1998								7543
	1999								7449
	2000								6813
	2001								6892

(1) FONTE: Suplente especial "O Imparcial", de 06/08/1988.

(2) FONTE: registros extra-oficiais encontrados na SEDUC.

(3) FONTE: Registros baseados em relatório entregue pela Secretária Vitória Nabas, no final de 1996.

(4) FONTE: Secretaria Municipal de Educação de Presidente Prudente.

5 CAPITULO IV

5.1 Metodologia – Instrumentos e Técnicas.

O ser humano valendo-se de suas capacidades, procura conhecer o mundo que o rodeia. Ao longo dos séculos, vem desenvolvendo sistemas mais ou menos elaborados que lhe permitem conhecer a natureza das coisas e o comportamento das pessoas. (GIL,1999; p.19).

Os métodos possuem por finalidade propiciar aos investigadores meio técnicos para garantir a objetividade e a precisão da pesquisa. Utilizamos os métodos observacional conjuntamente com o estatístico e o monográfico.

Nossa pesquisa elegeu como problema a visão que as famílias possuem enquanto usuárias da creche, e como este espaço institucional compreende essa família. Primeiramente partimos para uma busca por referencial teórico, sendo catalogado pelo grupo e realizado os devidos procedimentos (anotações, fichamentos,...). Pois as teorias são de fundamental importância no processo investigatório em ciências sociais, já que ela faz com que se obtenha a adequada definição de conceitos, assim como o embasamento dos sistemas conceituais, permitindo assim uma elaboração de hipóteses, explicando, generalizando e sistematizando os conhecimentos e indicam a adequada metodologia para a investigação.

Apoiando se neste referencial teórico e que partimos para a pesquisa a “campo”. Realizando inicialmente uma pesquisa exploratória que se constitui a primeira etapa de uma investigação mais ampla. Nesta etapa buscamos referencial documental que a instituição possui (Regimento Interno, Plano diretor do respectivo ano de 2001 e o projeto de implantação do Centro de Educação Infantil “São Vicente Pallotti”).

A partir da elaboração de uma ficha de análise (ANEXO C), que nós permitiu definir o perfil das famílias, sendo que estas foram preenchidas através de um instrumental que a instituição utiliza (Ficha de Cadastro), todos os anos como entrevista com as famílias usuárias, onde se contém dados referentes a

criança e a família. Sendo preenchidas ao total a ficha de 99 famílias usuárias, mas uma sala da pré-escola ficou sem ser analisada pelo motivo da responsável por esta não ter nos fornecido estas fichas dos alunos. Embasados nestas fichas realizamos um processo de agrupar e contar os casos que estão nas várias categorias de análise, a tabulação, da qual resultou o perfil das famílias atendidas.

Por meio desta tabulação buscamos selecionar algumas famílias para responderem a um questionário aberto (ANEXO D), sendo que estas famílias (24 ao todo entrevistada) deveriam divergir de realidade de vida uma das outras, pois assim teríamos a possibilidade de obter respostas variadas em relação as perguntas. Para que nos fosse concedida esta entrevista, enviamos cartas (ANEXO A) a estas famílias selecionadas através de cada A.D.I responsável pelo respectivo grupamento em que pertencia, mas pode se afirmar que apenas 3% destas cartas foram respondidas, o conteúdo desta continha uma breve explicação sobre a pesquisa que realizávamos, e se poderiam estar se disponibilizando a responder o questionário, lhes oferecendo opções de horário e local para que a entrevista pudesse ser concedida. Como obtivemos um retorno insatisfatório, resolvemos abordar as famílias no final de uma tarde quando as famílias vêm buscar seus filhos no Centro Educacional Infantil “São Vicente Pallotti”, obtivemos um resultado satisfatório, já que 24 famílias nos concederam a entrevista.

Buscou também se elaborar uma ficha (ANEXO E) semelhante a das famílias direcionadas aos funcionários, com o intuito de definir o perfil destes. Assim como um questionário com questões abertas (ANEXO F), ao qual foi aplicado com 4 funcionários sendo que buscamos selecionar uma de cada setor da instituição (professora, A.D.I, cozinheira e serviço gerais), onde algumas são funcionárias da instituição e outras são enviadas pela Prefeitura Municipal através de um convênio estabelecido. Ainda em relação ao quadro de funcionário se elaborou um outro questionário (ANEXO G) que foi realizado junto ao coordenador responsável da instituição. Procuramos não identificar estes funcionários com seu verdadeiro nome para evitar qualquer tipo de constrangimento que suas respostas poderiam lhes fazer, assim como foi realizado com as famílias.

Outra fonte de dados foi obtida na Secretaria Municipal de Educação de Presidente Prudente, aonde buscamos informações sobre a demanda no município. Algo que foi conseguido através de um processo burocrático, com uma carta ofício (ANEXO B) que foi entregue ao departamento responsável na Secretaria por este setor. A secretaria não mantém esta documentação organizada, exigindo que uma das componentes do grupo se dispusesse a estar catalogando os dados no arquivo da Secretaria Municipal da Educação, assim organizando este até mesmo para o setor.

Nós utilizamos de outras fontes de dado como Internet, IBGE,...., mas algo que o grupo pode observar é que sobre o tema educação infantil relacionado à interação com a família existe pouca produção teórica, o que dificulta uma maior amplitude do tema.

Procuramos estar cruzando os dados obtidos, assim podendo oferecer uma visão mais ampliada da problemática apresentada.

5.2 Espaço Institucional da Pesquisa

O Centro de Educação Infantil “São Vicente Pallotti” foi fundado em 03 de agosto de 1998, pela sociedade Civil “Lar dos Meninos”, que é uma entidade social de caráter beneficente que tem como finalidade o desenvolvimento de programas e projeto, visando o atendimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade pessoal e social.

A entidade conta com projeto de casa abrigo que é destinada ao atendimento de crianças e adolescentes (seguindo o artigo 92 e 101 do ECA), conta também com o projeto de apoio a família que tem por objetivo contribuir com a manutenção da criança e o adolescente no ambiente familiar.

No decorrer do trabalho da Sociedade Civil “Lar dos Meninos” foi detectado uma grande demanda por vagas em creches, através disto criou-se proposta de implantação de um Centro de Educação Infantil em suas dependências, desta forma vindo a fazer parte de sua proposta de trabalho.

O que também foi uma maneira de evitar o número de abrigamentos, como também evitar o risco social e pessoal sofridos pelas crianças.

A proposta inicial do Centro de Educação Infantil “São Vicente Pallotti” era atender um total de 60 crianças na faixa etária de 0 a 6 anos de idade, que são divididos em grupamentos por idade:

0 á 18 meses (10 crianças)

18 meses á 3 anos (20 crianças)

4 á 5 anos (15crianças)

6 á 7 anos (15crianças)

Atendendo crianças de ambos os sexos, sob o regime de externato, no horário das 7:00 ás 18:00 horas.

Abrangendo a população residente nas áreas do jardim Cobral, Barcelona, Novo Bongiovani, Jardim América, Carandá e Eldorado.

Estima-se que em Presidente Prudente há um déficit de vagas em creches, sendo este de 4 mil (o que significa um desrespeito aos direitos garantidos constitucionalmente), deixando sem atendimento milhares de crianças, com esta proposta de implantação de uma creche pela Sociedade Civil “Lar dos Meninos” teve a pretensão de compartilhar com ações que contribuam para alterar este quadro.

O Centro de Educação Infantil “São Vicente Pallotti” é uma entidade sem fins lucrativos, que tem por finalidade atender aos pais que não podem cuidar de seus filhos durante o período de trabalho, sem distinção de classe; raça; crença e nacionalidade. Encontra-se instalado á Avenida; Juscelino Kubistchek de Oliveira, 3502, Jardim Maracanã.

Tendo por objetivo geral o desenvolvimento global e harmônico da criança.

Além de proporcionar condições adequadas de desenvolvimento físico, emocional, cognitivo, psicossocial e educacional, como também, segurança e saúde, promovendo a ampliação de suas experiências e conhecimentos, estimulando seu interesse pelo processo de transformação da natureza e pela convivência em sociedade, criando condições para que as ações da educação na

creche e pré-escola sejam completadas pela saúde e assistência, realizadas de forma articulada.

A entidade também tem como objetivo a promoção da capacitação continuada, reciclagem dos recursos humanos, visando o crescimento tanto pessoal quanto profissional de seus funcionários. E ainda trabalhar com criança e a família em conjunto, levando-se em conta a diversidade cultural e social das famílias, e por fim orientar a creche e a pré-escola pelo princípio da continuidade, entre o equipamento e a família, entre a creche e a pré-escola e entre a educação de 1º grau.

O Centro de Educação Infantil é uma instituição de cunho religioso, que traz em seu nome a homenagem a um santo da igreja católica “São Vicente Pallotti”.

O Centro de Educação Infantil “São Vicente Pallotti” advém de uma parceria com o Governo Federal e Municipal que fornecem alguns funcionários, materiais pedagógicos e merenda o restante são subsidiados pela Sociedade Civil “Lar dos Meninos”.

A estrutura funcional do Centro de Educação Infantil “São Vicente Pallotti” conta como os seguintes núcleos: Direção, apoio técnico pedagógico, apoio administrativo e corpo docente.

A proposta pedagógica do Centro de Educação Infantil “São Vicente Pallotti” é baseada na construção do planejamento, desenvolvimento e avaliação de práticas educativas, considerando a diversidade étnica, religiosa, social e cultural das crianças atendidas.

As famílias que são atendidas pelo Centro de Educação Infantil são em sua maioria carentes (segundo dados do Plano Diretor), e as mães trabalham para contribuir com a renda familiar, o perfil destas famílias esta melhor especificado no próximo capítulo.

Algumas destas famílias possuem casa adquirida através do sistema financeiro de habitação, outras adquiriam lotes através de compra via Prefeitura Municipal e há ainda outras que adquiriam lotes doados pela Prefeitura Municipal para as famílias de baixa renda.

O Centro de Educação Infantil “São Vicente Pallotti” conta com uma estrutura física com: recepção, berçário, sala de estimulação, diretoria, secretaria, vestuário para funcionários, banheiros, lactário, sala de banho e troca, dispensa, área de recreio, refeitório, sala de maternal I e II, sala de vídeo, banheiro infantil, sala de atividades múltiplas, sala de aula, cozinha e sala de pré-escola (sendo estas partes da área interna) e a parte externa conta com play ground e salão.

O trabalho desenvolvido no Centro e Educação Infantil, está contido dentro da proposta pedagógica construída com os funcionários por área específica. No Plano Diretor, que é planejado todos os anos, se levando em consideração vários fatores externos e internos, sendo está também flexível caso seja necessário.

As classes da pré-escola seguem a mesma grade curricular da pré-escola municipal por seguir a orientação pedagógica dada pela Secretária Municipal de Educação.

Atualmente o Centro de Educação Infantil “São Vicente Pallotti”, atende 160 crianças do sexo masculino e feminino, em tempo integral e parcial, com faixa etária de 3 meses a 6 anos e 11 meses no horário das 7:00 às 18:00 horas de segunda á sexta-feira.

O berçário atende 10 crianças, sendo distribuído entre berçário I e II com faixas etárias de 4 meses á 2 anos, sendo que o número de atendimento sofre alterações devido a inserção de algumas crianças abrigadas pelo “Lar dos Meninos”, enquanto estas aguardam uma decisão judicial.

O maternal atende 30 crianças, sendo distribuídos entre maternal I e II, onde algumas crianças do maternal já freqüentam o Centro de Educação Infantil, desde o berçário e outras iniciando recentemente (passando por um período de adaptação).

A pré-escola atende em torno de 26 a 32 crianças em cada uma das salas, sendo distribuído em pré I, II e III (sala de pré-integral e parcial).

O Centro de Educação Infantil conta com uma administradora escolar que coordena a unidade, com uma orientadora pedagógica a qual facilita a implementação da proposta pedagógica, com auxiliares de desenvolvimento infantil (A.D.I) as quais trabalham com a criança visando o enriquecimento teórico através do planejamento de atividades a serem trabalhadas com as crianças, com

professores de pré-escola e os serviços auxiliares, ainda assim contando com uma equipe multiprofissional, e com os serviços gerais que é voltado para a limpeza da instituição, com as merendeiras que preparam as refeições.

Portanto todos os trabalhos desenvolvidos tanto no berçário; martenal e pré-escola estão voltadas para o desenvolvimento da criança, tanto físico, intelectual, psicossocial e educacional.

Sendo que “a metodologia utilizada, segundo Castro e Ceccon (1986), deve ser ativa, o currículo deve ser flexível, valendo-se do jogo e respeitando o interesse e o ritmo de aprendizagem da criança”.

Em relação á necessidade de flexibilização no planejamento a coordenadora da Instituição apresentou a seguinte fala:

“Dentro da instituição se trabalha para se conseguir alcançar objetivos, dificilmente as coisas acontecem da maneira que foi planejado, é preciso ter flexibilidade, sempre estar se renovando, buscando estratégias e outros meios, buscar outras alternativas, para alcançar o objetivo. Criticar de uma maneira flexível, você não é dono da razão é preciso ser flexível a outras verdades, a outras opiniões”. (SIC)

Portanto, o que se observa é que o profissional tem um objetivo, mas devido hierarquização da instituição, nem sempre se torna possível realizar as atividades que foi proposta pelo profissional.

A instituição conta com uma lista de espera (demanda reprimida) muito grande, que vêm aumentando a cada ano, mas não dispõe de condições físicas, humanas e financeiras de ampliar este atendimento.

6 CAPITULO V

6.1 O Perfil das Famílias.

A família é entendida como uma instituição social básica, histórica, que se transforma sincrônica e diacronicamente. Portanto não há modelo, um padrão único de organização familiar, seria mais adequado falar-se em “FAMÍLIAS” e não em família.

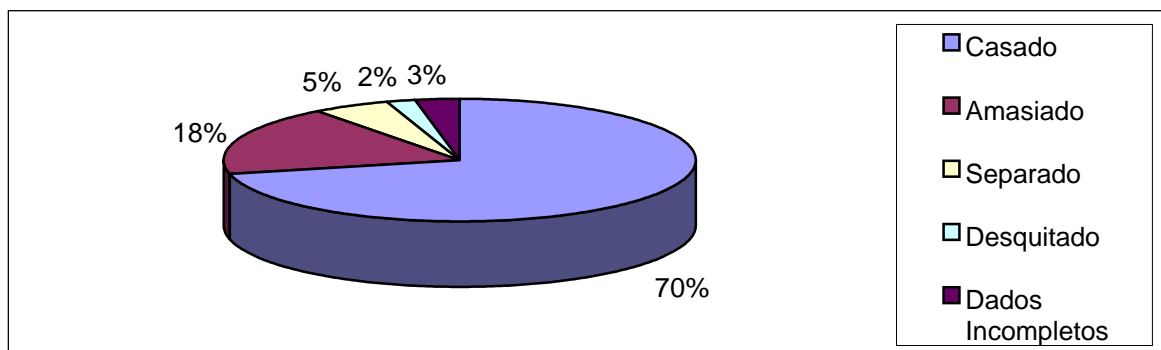
O sentido de família tão conhecido no século XX resultou de uma transformação da família que passou da realidade moral e social a realidade afetiva ocorrida em fins do século XVIII e início do XIX.

A partir do século XVI, com o aparecimento do sentimento de infância e com o advento da burguesia, delinea-se uma organização da família nuclear, centrada na privacidade e na educação das crianças. Essa família tem as seguintes características o amor conjugal entre pais e filhos, a monogamia, a fidelidade, o cuidado intenso da prole no sentido de protegê-la e educá-la de acordo com os princípios da moral, da higiene e dos bons costumes.

Estudos recentes sobre a vida familiar indica a ampla predominância do modelo nuclear de ordenação doméstica, tendo uma variabilidade quanto ao número de elementos e ao tipo de vínculo de parentesco no interior de cada núcleo.

No Centro Educacional “São Vicente Pallotti”, o modelo de família usuária que prevalece é a nuclear (70%), aonde normalmente é composta por pai, mãe e três filhos (61%), mas também não deixando de se elencar outras formas de organização familiar, como é o caso de casais amasiados.

Figura 1 – Condição Civil

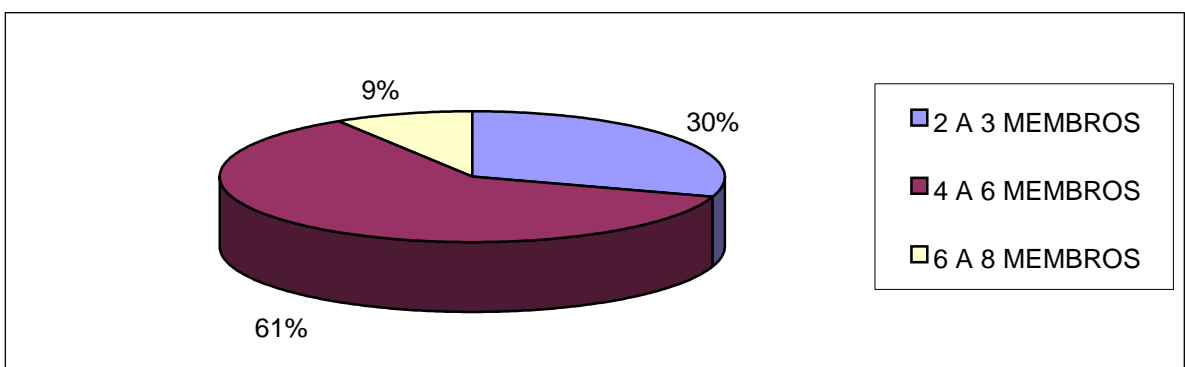


As grandes mudanças que ocorreram nas últimas décadas influenciou diretamente a chamada família tradicional no sentido da modernização, entre tais mudanças esta a questão de gênero, envolvendo modificações na posição da mulher na sociedade e na família, as relações do casamento com a legalização

do divórcio, relações homossexuais, o comportamento reprodutivo, que permite não só o controle da natalidade mas possibilita ao casal ter filhos se e quando quiser, a divisão do trabalho com a ocupação do espaço profissional pelas mulheres. Todas estas questões apontam para a diversidade da família que é vivida pelos sujeitos e reforçam a necessidade de se considerarem os arranjos familiares específicos ou a família brasileira.

Uma parcela relevante das mulheres que são usuárias da instituição desempenham atividades no mercado de trabalho, variando os ramos profissionais (empregadas domésticas, professoras, vendedoras, etc...), mesmo as que não realizam atividades extra lar, auxiliam na renda familiar com atividades complementares, além de formarem famílias nucleares se percebe um dado interessante de se refletir ao qual 30% das famílias são compostas por 2 a 3 membros, o que reflete a questão do controle de natalidade, um planejamento familiar (este controle se inicia na década de 70 com a descoberta da pílula anticonceptiva, que permite a mulher um controle da sua fertilidade, reproduzindo assim quando melhor for conveniente). Se levarmos em consideração que estas mudanças ocorreram nas últimas décadas, vem causando um grande número de desemprego, desigualdades sociais, fazendo com que o casal realize planejamento de quando será o melhor período para aumentar o número de membros familiares. Algumas famílias demonstram a preocupação de ter o menor número de filhos, para poder lhes oferecer uma melhor condição de vida. A faixa etária média dos responsáveis pelas crianças atendidas está entre 26 a 40 anos.

Figura 2 – Composição Familiar



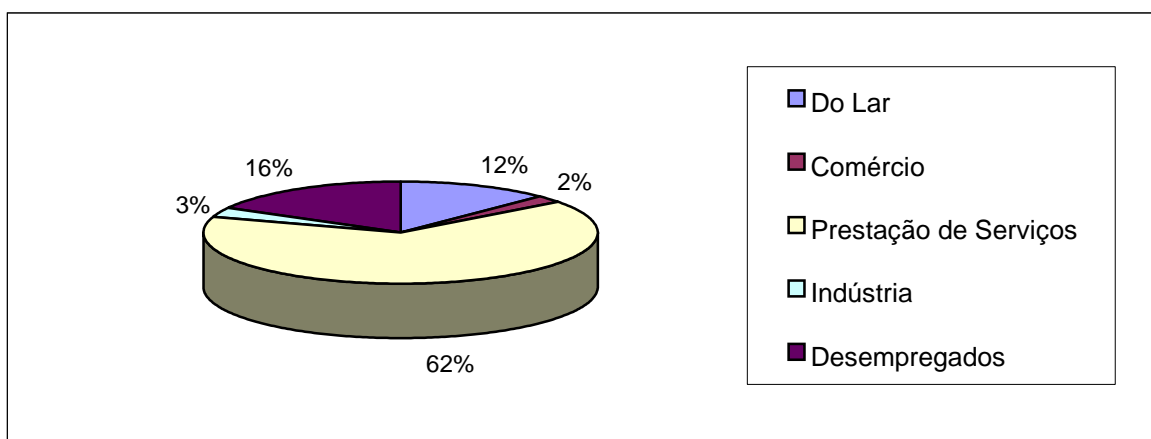
As famílias que são compostas acima de 6 membros, em grande parte são casais que estão amasiados e já advém de outro relacionamento com filhos.

Em camadas populares, por exemplo, no Brasil e demais países latino-americanos, os núcleos chefiados por mulheres tornam –se cada vez mais freqüentes. Apesar de somente 2% ter sido identificado nos dados levantados, e um número que não pode ser desconsiderado como estrutura familiar.

As mudanças do papel da mulher na sociedade e na família também geram grandes alterações no ciclo vital da família. As funções de esposa e mãe que antes eram prioridade da mulher, hoje esta mais voltada para a busca da satisfação na execução de projetos pessoais que envolvam um trabalho profissional, uma carreira.

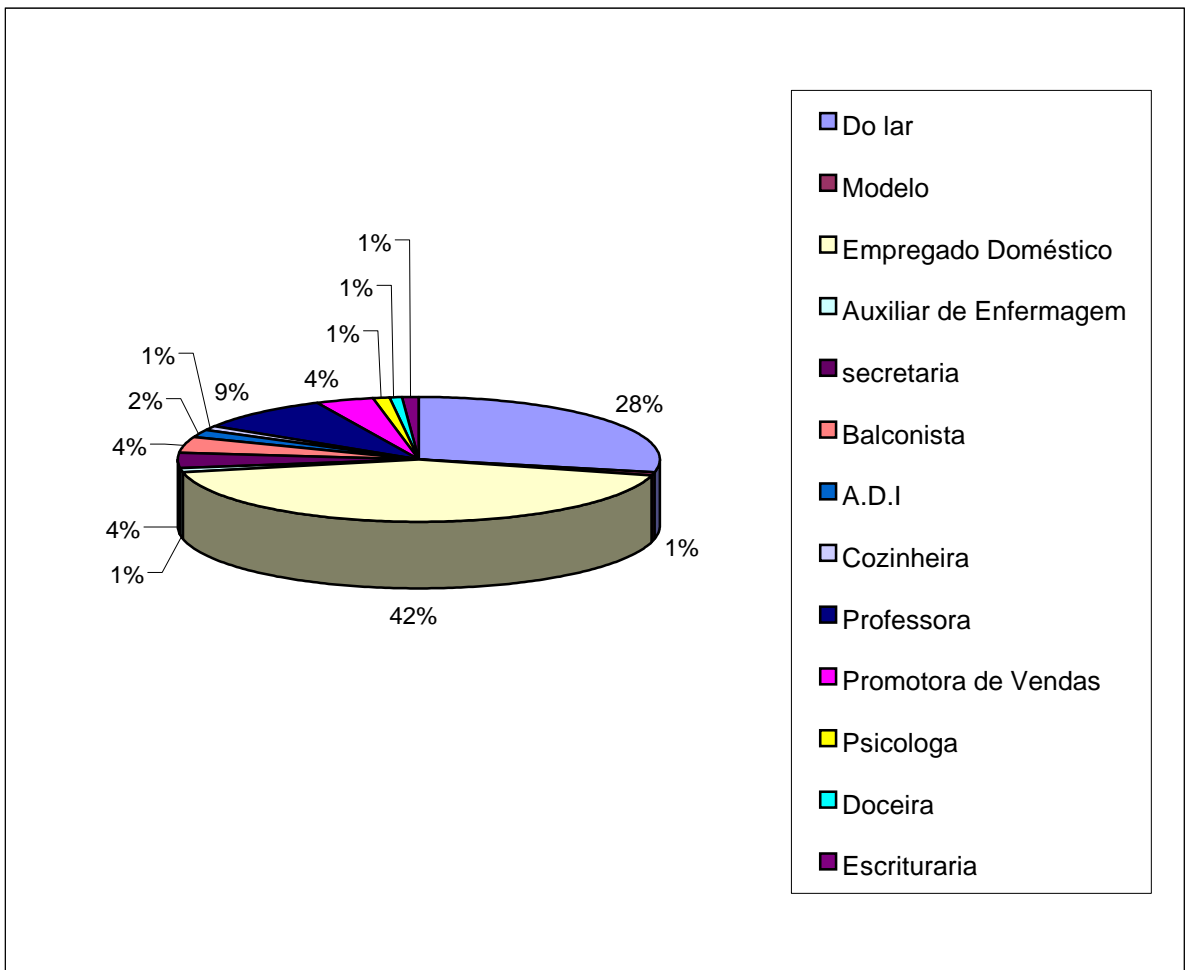
Pode se observar esta inserção da mulher no gráfico abaixo, que representa a área profissional das famílias usuárias da instituição.

Figura 3 – Área Profissional das Famílias usuárias da instituição.



Neste outro gráfico onde se tem as profissões predominante feminina das que são usuárias da instituição, sendo que 42% das mulheres destas famílias usuárias exercem algum tipo de atividade, seja fora do âmbito familiar ou dentro destes.

Figura 4 – Profissões Femininas de usuárias da instituição

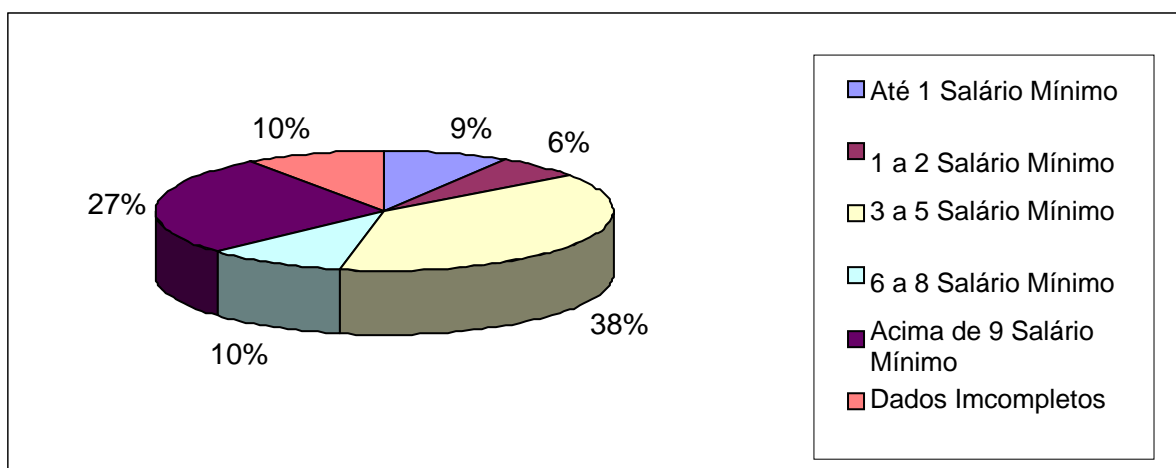


O Brasil advém de um processo de colonização onde se tem um quadro de profundas desigualdades e injustiças sociais, sendo que estas refletem a precariedade na atualidade de vida da população menos favorecida da sociedade.

O Brasil vem ocupar a 69^o posição no índice de desenvolvimento humano, vindo a ocupar a 4^a pior distribuição de renda no mundo. Grande parte dos chefes de família do país recebe um salário de até R\$350,00 mensais, sendo que a metade da população mais pobre representa 12% da renda total (a população mais pobre do país representa 50,2% da sociedade). Sendo dessa forma impossível possuir um padrão de vida com acesso a transporte, saúde, educação, etc.

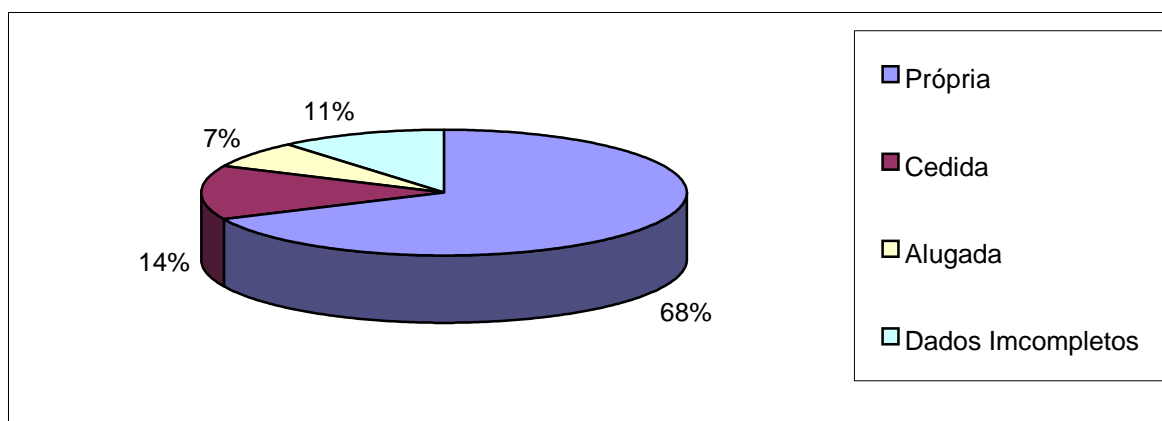
As famílias do Centro Educacional infantil “São Vicente Pallotti” não fogem destes dados, a renda mensal familiar que mais se apresentou foi de 3 á 5 salários mínimos, se levássemos em consideração que estas famílias não possuíssem casa própria, estas estariam comprometidas na manutenção para a sobrevivência (esta situação se apresentou em 7% das famílias).

Figura 5 – Renda mensal familiar das famílias usuárias da instituição



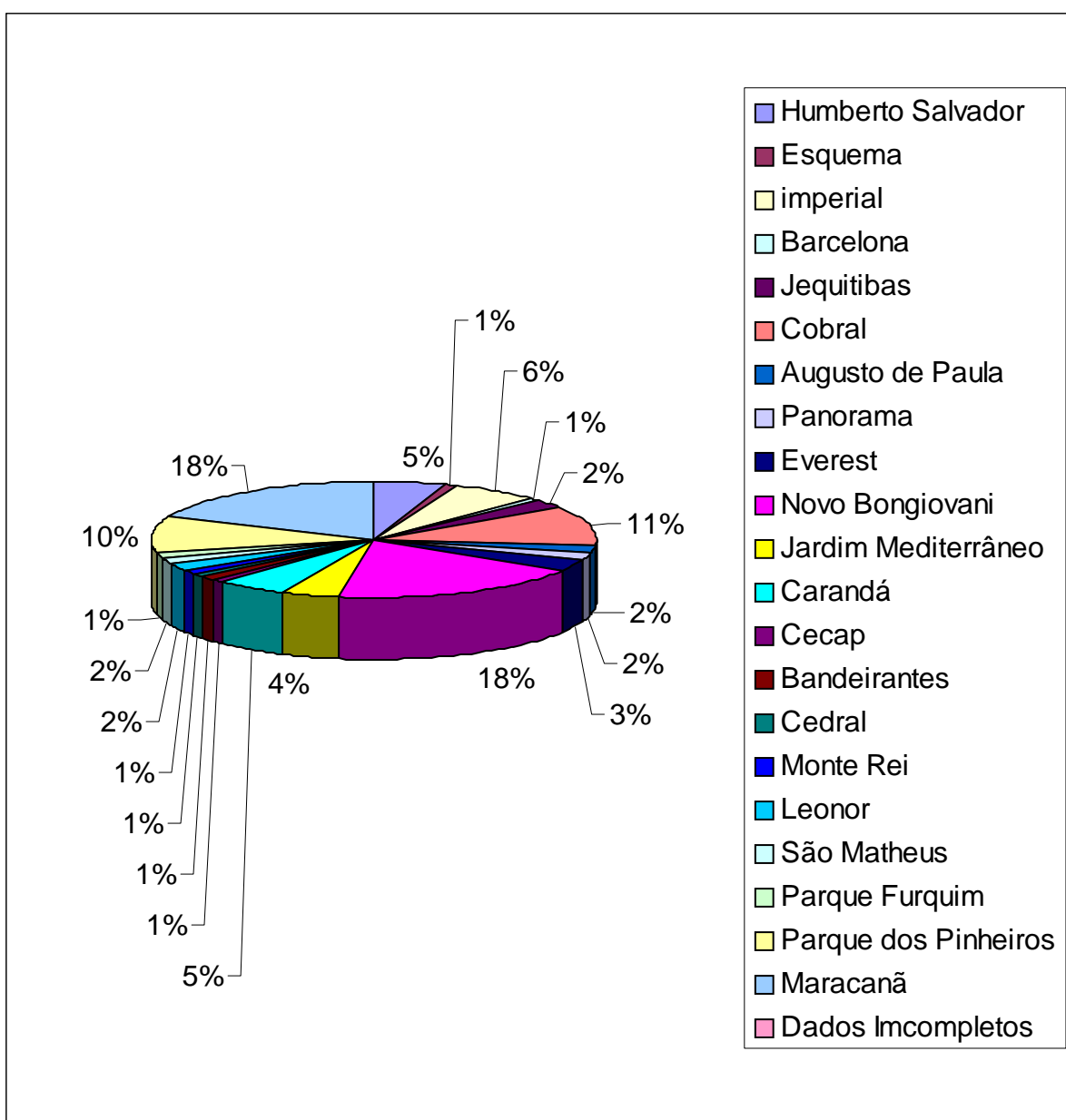
Mas 68% destas famílias possuem casa própria sendo a maioria destas adquiridas através de financiamento de conjuntos habitacionais e outras 1,81% casas cedidas pelas prefeituras ou familiares. Sendo estas em sua maioria (63%) de alvenaria.

Figura 6 – Condição de Moradia



Estas casas estão localizadas em alguns bairros que estão incluídas no mapa da exclusão de Presidente Prudente, pois não possuem uma infra estrutura completa, já que nestes bairros que as famílias habitam poucos possuem asfalto, transportes coletivo frequentemente, e em alguns faltam saneamento. Um bairro que esta neste mapa apenas por uma questão geográfica é o Novo Bongiovani (que apresenta um número de 18% dos usuários da instituição). Aonde se percebe que a população que lá residem possuem uma condição financeira mais estabilizada em relação as famílias que residem em outras localidades.

Figura 7 – Famílias usuárias por bairro

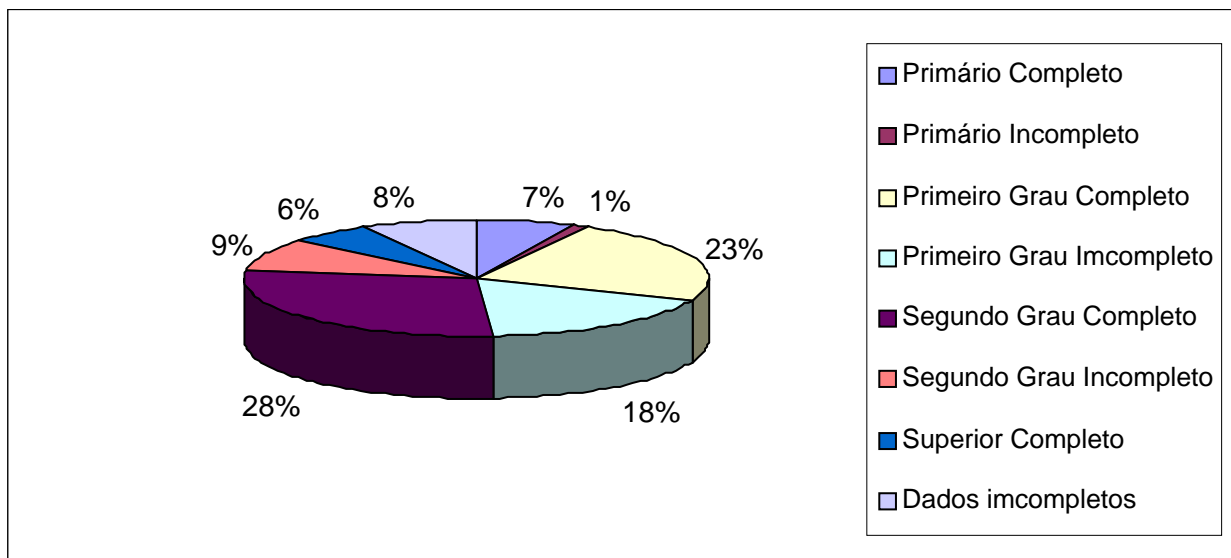


Mas existe um dado que também não se pode deixar de abordar neste fator do espaço geográfico, algumas famílias residem em bairros afastados da instituição, mas demonstram a preferência de trazer seus filhos nesta instituição devido ao “bom conceito” que dela possuem, como é o caso das famílias que residem no São Matheus (2%), Cedral (1%) e Pinheiro (10%). Destas famílias do Pinheiro é importante salientar que a instituição inaugurou uma outra creche neste bairro, assim se tomando mais próximo de suas residências, mas tendo que preferiam continuar a trazer seus filhos nesta sede do jardim Maracanã, mesmo tendo que arcar com as despesas do transporte caso fosse necessário, já que a Prefeitura não estaria mais distribuindo os passes para o transporte destas crianças.

Nestes bairros também há uma precariedade no que se refere aos recursos da comunidade, fazendo com que as famílias tenham que se deslocar para outras localidades para ser atendida (51% se utiliza de postos de saúde e 16% de hospitais). A participação destas famílias em associações e centros comunitários é de 25% e 24% respectivamente), não é muito efetiva, se levando em consideração o aspecto de que nestes bairros são pouco incentivados e divulgados a efetivação destes espaços. Mas de 35% das famílias dizem não utilizar de nenhum destes recursos, alguns por possuírem planos privados de saúde, outros por trabalharem o dia todo, e nos horários que se encontram em sua residência e o tempo que possuem para dedicar aos afazeres do lar e para o lazer com a família.

Retornando a questão da renda mensal familiar para uma análise conjunta ao fator de escolaridade, se observa que existe uma porcentagem de 6% de famílias que possuem uma renda mensal acima de 9 salários mínimos, sendo que estas são compostas por pessoas com escolaridade de nível superior completo (6%), normalmente professoras que se graduam em pedagogia para se adequarem as novas exigências da LDB. Um outro indício importante de ser salientado é a de não se possuir nenhum analfabeto, aonde a média de escolaridade está entre o 1º e 2º completo (vide dados no gráfico abaixo).

Figura 8 – Escolaridade das Famílias Usuárias



A família muda e se adapta às circunstâncias históricas, características sociais, econômicas e injunções de poder, também a família de cada um esta sujeita a todas as pressões do contexto em que se insere, além das pressões internas relativas ao desenvolvimento dos que a constituem. A mudança que ocorre com um dos membros implicará mudanças em todos os membros da família.

Todas as famílias possuem condições de enfrentamento das situações críticas da vida, porém, cada família tem suas peculiaridades de seus padrões interacionais específicos.

6.2 Visão das Famílias e Funcionários sobre o Serviço Creche

A família pode ser definida como um grupo social menor, sendo composto por indivíduos que se relacionam uns com os outros, por motivo de lealdade e afetos recíprocos, ou seja, a família pode ser definida através das diferentes funções as quais desempenham por seus membros em suas inter-relações, assim podendo apresentar uma variedade nas suas características.

Possuindo como principal finalidade oferecer um ambiente que permita o desenvolvimento e a sobrevivência de seus membros, buscando se atender as necessidades de todos, sendo que em algumas famílias estas relações poderão se dar mais ou menos conturbadas, em outros apresentarão ambiente acolhedor, afetuosos. A família está contida dentro de uma sociedade, e um grupo mais amplo sendo influenciada pelos fatores externos e também influenciando, ou seja, um ciclo.

A família como sistema é muito complexa, assim as tarefas que desempenham, se torna muito difícil se analisar a família, principalmente porque prevalece ainda fortemente na sociedade aquela visão de família idealizada (perpassada pela família nuclear no século XIX) aonde deveria prevalecer um bom ambiente, no qual a mulher permanecia em casa cuidando da educação dos filhos e dos afazeres doméstico, respeitando os padrões morais que são estabelecidos.

Uma das funcionárias demonstrou em uma de suas respostas que:

“Ao que se refere a minha sala, não há famílias com conflitos, com problemas econômicos que venham a refletir dentro da sala de aula”. (SIC)

Algo que hoje se torna muito complexo, transpareceu em sua fala, que a família possui aquele padrão nuclear, aonde tudo está perfeito, um modelo que está se correndo, já que todos independentes da condição financeira vêm sofrendo alterações com as transformações sociais, econômicas, políticas e culturais.

Todas as mudanças sociais significam também uma maior participação das mulheres no mercado de trabalho, assim se tendo conseqüentemente uma necessidade de se dividir a responsabilidade na criação e provimento da família, passando a educação para sistema extra familiar, como a creche e a escola, que hoje se inicia a partir do nascimento da criança como um direito.

A sociedade espera que a creche/pré-escola exerçam funções socializadoras assim preparando as crianças para a vida adulta. Fazendo com que a família em relação ao desempenho escolar venha a aumentar e adquirir maior importância dentro do ambiente familiar. Os pais vêm muita aquela questão de que quanto mais cedo a criança se inserir em uma “escola” melhor resultados

ele irá refletir nos estudos na vida futura adulta, não é algo para se culpar os pais, mas sim é uma ansiedade destes em poder estar assegurando aos filhos uma boa condição de vida.

Das famílias usuárias do Centro Educacional Infantil “São Vicente Pallotti”, 45% apresentaram esta definição de que a instituição seria um espaço educativo de socialização. E claro que depois da família, é em creche, escolas que as crianças permanecem um maior tempo, sendo este considerado para algumas famílias como um segundo lar (20% das entrevistadas) para seus filhos, enquanto seus pais trabalham e possam deixá-los neste local (30% colocou que se trata de um espaço de segurança como demonstrou algumas entrevistadas, como a da resposta abaixo:

“Local para deixar as crianças com segurança e poder trabalhar para auxiliar na renda familiar”. (SIC).

Também se encontra esta concepção da instituição como segundo lar, ou melhor, dizendo como substituta da mãe na resposta de uma das funcionárias:

“O choro das crianças acaba sendo desprazeroso, pois no momento em que as mães deixam as crianças aqui, eu tenho que suprir a ausência da mãe. O mais prazeroso do meu trabalho é o momento em que as crianças estão envolvidas nas atividades. As crianças demonstram necessidades de expandir seus sentimentos e suprem este através de demonstração de carinho pelos funcionários”. (SIC).

O que deve estar sempre bem claro é que não deve ser apenas na instituição a função de educar a criança, mas esta também é da família. Assim não se pode repassar esta responsabilidade se alegando as transformações decorrentes na sociedade, mas algo que se torna importante destacar, que não é o tempo que os pais passam junto com os filhos, mas sim a forma como é estabelecida esta relação que faz a diferença. Quando os filhos sabem que podem contar com o auxílio dos pais em caso de necessidade, se estes pais dispõem de uma parte de seu dia para um momento de lazer e atenção para os filhos, se estes limites forem estabelecidos com flexibilidade e justiça, pode vir a se esperar uma menor possibilidade de problemas, e o que afirmam as teorias psicológicas.

Foi unânime entre os entrevistados a afirmação de que eles costumam conversar com os seus filhos quando chegam, em suas residências, que procuram saber como foi sua rotina diária. Mesmo as crianças que ainda não desenvolveram completamente a linguagem, as mães colocaram que as crianças as respondem com gestos e mímicas.

“Ao chegar em casa costumo perguntar o que ele aprendeu, ai ele fala que aprendeu algo novo, pintou, colou, brincou,...diz adorar ficar na creche”.(SIC).

Colocando também que a instituição lhes auxilia na educação de seus filhos (15%), principalmente no que se refere ao estabelecimento de regras e disciplinas (50%) e outros no que se refere ao processo de desenvolvimento da criança (30%). E como se observa na fala:

“Sim me ajuda a colocar limites e regras de horário, disciplinas, nas etapas do desenvolvimento”. (SIC).

Uma das entrevistadas procurou evidenciar que:

“A criança aprende com as atividades escolares, na disciplina que vem de casa mas a professora também deve educar”.(SIC).

Ficando evidente que ela não coloca toda a responsabilidade da educação sobre a professora, mas esta profissional deve desempenhar este papel de educadora, estando esta mãe ciente da sua responsabilidade com a educação de seu filho.

Outra questão relevante foi a que surgiu em uma das respostas aonde a mãe definiu:

“E melhor vir para a creche do que ficar na rua”.(SIC).

Ou seja, esta vê a instituição como um espaço educativo aonde seu filho será educado e “disciplinado” corretamente, já que se permanecesse em casa ficaria na rua e poderia se envolver com algo ilícito, ou acabasse se marginalizando.

E também na relação que se estabelece dentro da instituição com a família, que se firmam conceitos que definem esta estrutura, semelhante a uma

organização familiar aonde existe uma hierarquia, regras devendo estas serem explícitas, limites e fronteiras, uma estabilidade, mudança e expectativa.

Alguns familiares colocaram sua posição frente a algumas regras que são postas pela instituição, apesar de 70% dos entrevistados afirmarem que não tem do que reclamar. Ou seja, uma base que demonstra uma certa dualidade por parte destas famílias usuárias sobre sua relação com a instituição. Sentimento este que pode ser atribuído ao fato de não ter claro qual o papel da creche e como eles estão situados nesta relação.

Apresentou-se nas entrevistas um número de 25% de famílias que não conhecem o funcionamento do Centro Educacional Infantil, e outros 40% demonstraram que conhecem pouco, possuem uma idéia de como seja. Estes que relataram não conhecer também apresentaram o interesse de estar conhecendo, como se pode observar na resposta de uma das famílias entrevistadas:

“Não conheço, mas gostaria de conhecer”.(SIC).

Algumas destas famílias dizem não conhecer porque não dispõem de horário para estar participando das reuniões e outras atividades que a instituição oferece, por isso normalmente nem oferecem sugestões (15%) e outros(35%) dizem participar muito pouco, apenas em alguns eventos.

“Não conheço, sei de algumas coisas e não tenho tempo para estar se inteirando do funcionamento”.(SIC).

“Não tenho tempo para participar, também busco não oferecer sugestões”.(SIC).

Outros alegam não participarem por não ter com deixar os filhos, enquanto vem auxiliar nas atividades.

“Não ofereço nenhuma sugestão, nunca participei das atividades por não ter onde deixar as crianças”.(SIC).

Uma das funcionárias coloca esta falta de colaboração dos pais, para ela estas famílias não se preocupam realmente com seus filhos, pois nem mesmo os cadernos de recado lêem, sendo necessário as vezes enviar o mesmo recado para se obter alguma resposta. Para ao pais segundo a entrevistada a instituição

é um local aonde eles deixam os filhos de manhã é só buscam no final do dia prontos para ir para a casa e dormir.

“Não há reconhecimento principalmente por parte dos pais que não colaboram, onde a creche é vista como um depósito. Mas o que ainda me é prazeroso é ver o êxito do meu trabalho”.(SIC).

Há situações em que os pais demonstram um certo alívio quando inserem seus filhos em uma instituição de educação infantil, aonde a programação venha a atender as necessidades básicas e de higiene, assim suprimindo um pouco a sua ausência.

“Eu não conheço muito bem a creche, mas sei que a alimentação é boa”.(SIC).

Existem determinados períodos em que os pais, algumas vezes demonstram grande dificuldade em sua relação com a creche, já que não conseguem nem ao menos verbalizar a vontade de conhecerem as atividades desenvolvidas com seus filhos pela instituição. Assim aparentam um certo descaso ou apatia. Como foi apresentado na seguinte fala:

“Me relaciono pouco, não sou de fazer amizades”.(SIC).

Não é a questão de fazer amizades, mas sim a questão do diálogo que é fundamental que seja estabelecida entre a instituição e a família, para que possa ocorrer uma interação, o que virá a refletir em um melhor desenvolvimento para as crianças, que devem estar sempre sendo visualizadas como o principal objetivo. Uma falha nesta comunicação poderá prejudicar o desenvolvimento desta criança.

Quando se pergunta a estas famílias o que pensam a respeito da creche, normalmente respondem que é boa, não tem do que reclamar, mas não conseguem explicar claramente o porque desta consideração. Em outras situações alguns pais demonstram descontentamento em relação ao atendimento prestado á criança, principalmente no que se refere à questão do horário.

“Os horários são ruins, muito cedo, pois como trabalho fica difícil para pegar o meu filho no horário”. (SIC).

“As férias, eu não gosto, pois não tem com quem deixar as crianças”.(SIC).

Outros demonstram não aceitarem algumas regras que são colocadas para manter a organização dentro da instituição.

“O ruim é quando a criança fica doente e a instituição comunica e querem que os pais busquem o filho na mesma hora”.(SIC).

A instituição não pode e nem deve assumir a responsabilidade dos pais em algumas situações, como quando a criança esta doente, a instituição solicita aos pais que tragam um atestado médico e permaneçam com a criança em sua residência, principalmente em casos que possam ser contagiosos. Pois se torna difícil para as funcionárias cuidarem de todas as crianças e ainda oferecer os devidos atendimentos e cuidados especiais para esta criança que se encontra adoentada. Mas os pais insistem em deixar as crianças, o que faz com que se estabeleça uma relação de tensão com as funcionárias.

Em algumas conversas com as funcionárias da instituição, grande parte delas demonstraram certo descontentamento em relação a como os pais visualizam e as tratam, colocando estas como “babás” de seus filhos. Destas funcionárias independente do seu nível de instrução, algumas das A.D.I passam a assumir o papel de segunda mãe, apoiando aquela concepção que algumas famílias possuem da instituição como o segundo lar das crianças, que pode se dizer que estas funcionárias assumem este papel por terem um sentimento de dó das crianças tão pequena possuem a necessidade de freqüentar um a instituição, aonde irão permanecer o dia todo e ficam restrita em seu contato com a família.

Uma das funcionárias entrevistadas já colocou uma posição que demonstra como ela visualiza as famílias usuárias da creche, se utilizando de sua própria experiência como mãe. Que ela jamais colocou nem colocaria sua filha em uma creche, porque é muito sofrimento para uma criança ter que cumprir os horários que são estabelecidos, tendo muita “dó” destas crianças que permanecem na instituição que só retornam para suas residências no final do dia.

“Alguns pais necessitam realmente trabalhar, enquanto outros permanecem em casa descansado. A família vem deixa a criança e não se preocupa com elas. São mães que não tem amor pelos seus filhos, só

0retornam para buscar seus filhos no final do dia, e nem tomam nenhuma iniciativa quando os professores lhes solicitam um determinado assunto, eles nem mesmo procuram verificar se seus filhos apreenderam algo”.(SIC).

Uma concepção que diverge com a concepção de uma das mães da importância da creche para ela.

“Prefiro deixar meu filho na creche a pagar alguém para cuidar”.(SIC).

Esta mãe já demonstra que prefere a instituição porque esta se encontra preparada para atender a criança em suas necessidades, aonde as funcionárias são instruídas para trabalhar e desenvolver atividades adequadas para proporcionar um bom desenvolvimento para a criança.

Das famílias usuárias entrevistadas, 75% afirmaram não ter nenhum tipo de problema com as funcionárias, que as consideram pessoas muito “boa”, atenciosa, que quando necessitam destas são sempre prestativas, estão colaborando no processo de aprendizagem dos seus filhos.

Pode se analisar pelas respostas que este relacionamento está “ótimo” (como definiu algumas famílias) porque eles apenas deixam seus filhos na instituição pela manhã e só os buscam no final da tarde, onde o tempo que permanecem dentro da instituição estas famílias pouco conversam com as funcionárias, e o tempo necessário apenas para receber um recado ou perguntar se houve algum problema naquele dia com seu filho. O que acaba por causar um distanciamento entre as funcionárias e a família. Percebe-se que alguns pais possuem uma certa dificuldade em compreender que a A .D.I por mais “boa” que seja para seu filho, ai se encontram estabelecida uma relação de trabalho.

A instituição “São Vicente Pallotti” esta buscando desenvolver atividades que venham a contribuir para que se estabeleça uma interação entre o Centro Educacional e a família, promovendo gincana aonde todos participam tanto na organização como na execução, com palestras informativas nas quais vem se abordando tema referente ao desenvolvimento infantil (processo do qual as famílias possuem muitas dúvidas, e por isso às vezes sobrecarregam a instituição com a responsabilidade sobre as crianças, porque estes possuem muitas angústias e depositam confiança na instituição para que esta prepare estas crianças para a vida futura. Por isso como espaço educativo a instituição busca

auxiliar as famílias a sanar suas dúvidas, algo que fará com que os pais passem a visualizar a instituição não mais como um local apenas de segurança aonde deixam seus filhos, mas sim um local aonde todos estão visando o crescimento das crianças como cidadãos. Se trata de um processo demorado, porque exige com que estas famílias venham a alterar algumas concepções que possuíam.

A partir do momento que estas famílias estiverem cientes do seu papel e o da instituição, se irá ter uma maior interação, então sim os pais poderão estar inseridos em todas as etapas de organização e funcionamento do Centro Educacional. Por que ao se colocar estas famílias para participar desta rotina diária sem estarem preparados se irá ocasionar uma serie de conflitos dentro da instituição com os funcionários, já que estes profissionais são orientados a desenvolver atividades e condutas que os pais podem não aceitar. Um exemplo que pode ser citado é em relação ao berçário, aonde as crianças não devem permanecer no colo das funcionárias, mas para alguns pais os seus filhos permanecerem no colchonete no chão e algo inadimicível.

Ou seja, a inclusão da creche e da pré-escola na área da educação, fez com que se obtivesse uma significativa mudança, assumindo uma dimensão pedagógica e não mais como um espaço de guarda das crianças, mas não perde totalmente seu caráter assistencial.

Ao analisarmos o regimento interno da instituição encontramos presentes alguns aspectos característicos, como uma preocupação com a educação e a assistência social, sendo que também contém alguns outros fatores que são elencados como não apenas a preocupação com a saúde da criança, mas também uma referente a proteção materno infantil, o que demonstra a valorização e um empenho no que tange ao aleitamento materno, o que ressalta o enfoque no desenvolvimento infantil para as mães um reforço do aspecto de ser mulher.

Segundo autores a creche é um local que facilita a “socialização” da criança, aspecto este muito levantado nas respostas das famílias entrevistadas. Segundo Souza (1989:30):

Pesquisas realizadas nesse sentido demonstram que o bebê, evidentemente, reage a outros bebês, mas não se percebe nada além de um olhar ou uma espiada. É diferente sua resposta aos adultos, com os

quais existem nítidos sinais de contato afetivo. No segundo ano de vida, não muda muita a natureza das interações sociais. Uma criança fica perto de outras compartilhando um brinquedo comum. O máximo que pode ocorrer como manifestações de interação é a disputa por brinquedos ou objetos pessoais, aos dois anos, é característicos o brinquedo paralelo, a forma mais rudimentar de participação social. A partir dos três anos aparece o brinquedo associativo... e o brinquedo comparativo e organizado

Aqui de torna relevante abordamos um pouco mais sobre a importância do processo de socialização. Quando a criança nasce, ela passa a se inserir em um mundo que esta socialmente organizado, mas não acabado, sendo que a forma como ira fazer parte deste novo cenário se da através de grupos sociais, onde participa e ao mesmo tempo se prepara para níveis mais amplos de participação na produção econômica, na cultura, sindicatos, etc... a este processo de preparação que se pode chamar de socialização. Processo este que se inicia com o nascimento, ou seja, com a inserção do individuo em um grupo (familiar) é só ira terminar com a morte.

O processo de socialização e a interiorização de um mundo social determinado com suas normas, valores, modos de representar os objetos e situações que compõem uma realidade objetiva, um processo de formação de uma realidade subjetiva, que se constroem a partir das primeiras relações do individuo com o meio social.

A família ou o seu substituto (creche ou no caso um orfanato), garantem a sobrevivência física e psíquica da criança, nos seus primeiros anos de vida, compondo assim grupo de socialização primária. Grande parte das teorias psicológicas concordam com a importância deste primeiro grupo de pertencimento na formação do indivíduo.

Algumas funcionárias entrevistadas demonstram em sua resposta a preocupação em relação a este processo de desenvolvimento da criança que a creche possui.

“A creche ajuda no desenvolvimento, na união, socialização diversão e disciplina”.(SIC)

“Proporcionar condições adequadas para o desenvolvimento da criança”.(SIC).

Em seus primeiros anos de vida a criança depende do adulto para sobreviver. Se caso ela não for alimentada, limpa, cuidada e amada ela não sobreviveria. Porém, esta dependência não deve ser entendida como a criança sendo exclusivamente um sujeito passivo no processo de socialização. A criança também infere no seu meio familiar, muda o hábito da família, “ensina” a mãe a ser mãe.

Em relação à creche como um suporte para o desenvolvimento da criança uma das entrevistadas colocou que:

“A creche é fundamental para a aprendizagem da criança, e que a A.D.I possui um papel importante nesta aprendizagem, a creche é o local base para o desenvolvimento da criança”.(SIC).

Na família a socialização primária sucede a socialização secundária, que ocorre em todos os outros grupos sociais de pertencimento do indivíduo, ao longo de sua vida. Essa socialização irá ocorrer na escola, no grupo de amigos e mais tarde, no grupo de trabalho e nos outros grupos de vivência e participação.

Ainda em relação ao papel que a creche possui no desenvolvimento da criança, uma das entrevistadas demonstra os valores dogmáticos repassados, por creche ser vinculada a igreja católica, mas ao mesmo tempo aborda a questão da instituição desenvolver atividades religiosas de uma maneira abrangente sem buscar influenciar as famílias usuárias.

“A creche possui um amplo sentido de aprendizagem e de evangelização, sem influenciar na questão da religiosidade, de uma forma bem ampla se direcionar para uma religião”.(SIC).

Considerando as alterações na sociedade, inclusive as que vêm ocorrendo na própria estrutura familiar, os pais demonstram em muitos momentos, que dizem não apresentar a mesma capacidade que seus pais possuíam para educar seus filhos, já que hoje em dia as informações sobre a educação infantil recebida são múltiplas. As exigências quanto ao trabalho e a organização do próprio lar são muitas o que vem a resultar nas famílias uma insegurança quanto a forma de educar os filhos, vivendo em sua sociedade aonde os valores éticos morais vem sendo infringidos, influenciados também por fatores econômicos, políticos e

sociais. Fazendo assim com que as instituições como creche e à escola apresentem se como um suporte na educação da criança para a família.

Há um comentário de SOUZA (1989), aonde afirma que tanto as famílias de baixos níveis sociais e econômicas, como as de nível médio e elevado, solicitam as creches e maternais para lhes subsidiar no que se refere à educação de seus filhos, fazendo com que para no mercado econômico se expandisse uma série de abertura das instituições educacionais. Assim os pais se envolvem ideologicamente se sentindo seguros passando totalmente a responsabilidade da educação de seus filhos para a instituição, concluindo assim que terão seus filhos preparados pra ingressarem sua vida nesta sociedade.

Na sociedade a creche ainda esta procurando construir o seu papel, o que faz com que muitas famílias usuárias não consigam defini-lás, as comparando a uma escola.

Ao que se refere à participação dos pais, se encontra presente aquele envolvimento superficial, limitando-se apenas as trocas de informações sobre a criança quando das festividades os pais poucos permanecem em relação ao que se esperava. Assim para estas famílias sendo oferecida uma boa alimentação, afetividade para a criança esta creche estará nos padrões adequados para ser considerada uma “boa” instituição.

E no contexto familiar que a creche acaba por se inserir, não mais apenas como um direito das mães trabalhadoras ou da família, mas sim como um direito da criança garantindo constitucionalmente.

Quando uma criança é atendida em suas necessidades básicas, tanto pela família como pela creche ou pré-escola, se torna mais provável que esta criança atinja alguma das expectativas propostas. Para que isso ocorra é fundamental que tanto na infância como na adolescência tenha tido uma estimulação em direção a uma criticidade, e ao reconhecimento e efetivação de seus direitos, desenvolvendo-se como um ser histórico.

Um centro de educação infantil só conseguiu contribuir no desenvolvimento deste novo ser humano, quando conseguir estabelecer uma interação com a família, se trabalhando em conjunto para que venha se ter efetivação deste objetivo. Sendo as duas instituições de fundamental importância

para a criança, na proporção em que cada uma desenvolva o seu papel (nunca se esquecendo que a creche/pré-escola são uma complementação para a família na educação dos filhos), a criança irá possuir plenas condições de sentir-se segura e feliz para se tornar um ser humano independente, criativo e crítico.

PEDRO DEMO (1988), afirma que:

A criança é por vocação, um pesquisador pertinaz, compulsivo. A escola muitas vezes, atrapalha esta volúpia⁵ infantil, privilegiando em excesso a disciplina, ordem, atenção subserviente, imitação do comportamento adulto.

As instituições de educação infantil, devem estar privilegiando o tempo e o espaço para que o brincar e a descoberta aconteçam. As brincadeiras proporcionam um contato social e uma reorganização das relações emocionais, favorecendo uma interação com as outras crianças o que vem a permitir que estas superem seus medos e insegurança. A partir das brincadeiras de “faz de conta” é que a criança demonstra vários sentimentos, momento em que todas as suas vontades e sonhos podem estar sendo realizados. “Ao brincar, as crianças vão construindo a consciência da realidade, ao mesmo tempo em que já vivem uma possibilidade de modificá-la”. (Eunice Prusse, 1999).

Assim a creche pode ser concebida como um:

Espaço que contempla sujeitos de origens sociais e culturais diferenciadas, evidenciando a diversidade sócio-cultural, produtora e produtora de história, num espaço garantido e comprometido com a educação infantil, espaço de convivência com as diferenças, espaço de brincadeiras e de outras manifestações culturais, espaço de crianças e também de adultos”. (PRADO 1992 p.2).

6.3 Profissionais que trabalham no Centro de Educação Infantil “São Vicente Pallotti”.

⁵ Volúpia – desejo imoderado (de algo que proporciona prazer).

A creche apresenta-se como uma instituição sobre a qual incidem diferentes orientações e tradições de trabalho, constitui um campo em disputa, onde profissionais de diversas disciplinas interagem, diversos órgãos oficiais legislam, atuam e produzem regulamentos e diferentes fontes de recursos repassam verbas.

Os vários campos profissionais historicamente vêm desempenhando papéis específicos em relação à guarda e educação da criança pequena.

Uma das funcionárias da Creche “São Vicente Pallotti”, apresentou a questão da profissionalização como uma questão cultural em sua família:

“Minha família já advém de profissionais que atuam na área educacional, nunca me imaginei trabalhando em outra área, gosto do que faço e me identifico”.(SIC).

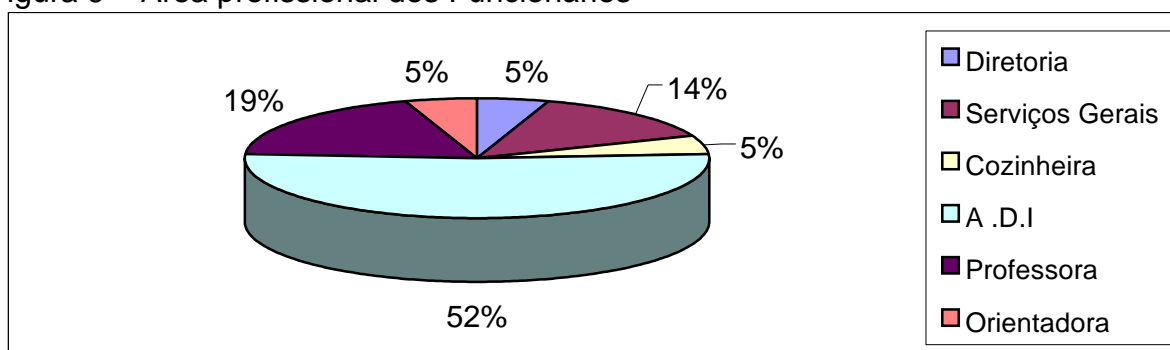
Com o passar dos anos, houve uma crescente interação entre as entidades e os órgãos, garantindo de um lado o repasse de verbas públicas para essas instituições e em contrapartida, reforça a atuação dos profissionais da área, contribuindo para uma “tecnificação” da assistência prestada pelos profissionais.

Outra funcionária já apresentou que iniciou seu processo de trabalho na área de educação infantil em um setor, mas após um processo técnico burocrático passou a exercer uma função superior a que antes ocupava:

“Comecei a trabalhar em creches como ADI, por um convite, mas depois de um tempo, prestei um concurso e fui efetivada como Professora, sendo encaminhada pela rede de ensino a lecionar nesta Instituição”. (SIC).

O Centro Educacional Infantil “São Vicente Pallotti” possui um quadro profissional de 21 profissionais distribuídos por vários setores, sendo que 42% são funcionários da Prefeitura Municipal de Presidente Prudente, que são fornecidos através de um convênio com a Instituição. Gráfico da área profissional:

Figura 9 – Área profissional dos Funcionários

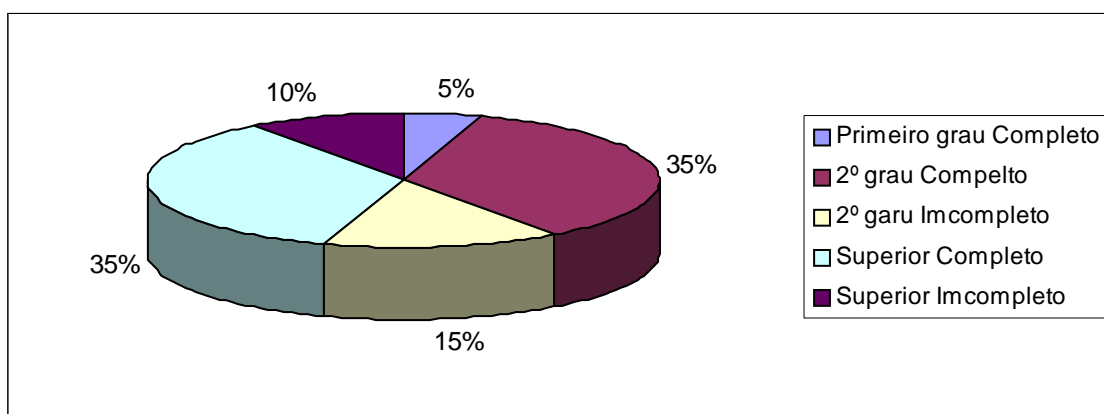


Na primeira metade do século, o movimento da escola nova, que difundiu a pedagogia ativa, incentivou o aparecimento dos jardins de infância, raramente acessíveis às camadas populares. Os parques infantis da Prefeitura de São Paulo, criados em 1935, são uma exceção. Com objetivos de preservar as crianças dos perigos do abandono durante o período de trabalho das mães, eles revelam, em suas instalações e na orientação seguida, a ênfase nas atividades de cunho recreativo.(CAMPOS, 1987p.43).

Nos anos 70 com a difusão das teorias de privação cultural e com as propostas de educação compensatória se obtêm a identificação dos aspectos educativos sobre os cuidados com a criança pequena e a preocupação com a preparação da criança para a vida escolar futura. A partir disso se tem a preocupação com a prevenção dos problemas de rendimentos da escola pública de 1º grau e a pré-escolarização da criança pequena, enfocando a faixa etária de 4 a 6 anos, fazendo com que se tenha uma reflexão na compartimentação daquilo que é considerado como “educação” nos vários tipos de atendimento.

O cuidado com a criança pequena é mais intenso na faixa etária que vai dos 6 meses até os 3 anos, e é onde se tem a regulamentação e fiscalização dos berçários nas empresas que é atribuída ao Ministério da Saúde, e as berçaristas recebem treinamento de identidade como a Cruz Vermelha e é comum se ter atendentes e auxiliares de enfermagem para cuidar dos bebês atendidos pela creche. Sendo que na instituição “São Vicente Pallotti”, a maioria dos profissionais possui 2º grau completo e nível superior, alguns buscando ainda estar se qualificando para se adequar às novas regras superiores, alguns buscando ainda estar se qualificando para se adequar às novas regras da LDB de 1996. Semanalmente é realizada orientação pedagógica com funcionários se visando contribuir para a implantação e elaboração de práticas educativas de qualidade, fazendo com que se promova a real condição para os exercícios da cidadania das crianças. Levando assim os funcionários a refletirem sobre vários temas (concepção de criança, educação familiar, etc...). Este processo de capacitação visa a contínua reciclagem dos funcionários dos recursos humanos da creche e pré-escola, visando-se o crescimento profissional e pessoal. Gráfico da Escolaridade dos funcionários:

Gráfico 10 – Escolaridade dos Funcionários



Uma das profissionais colocou que ao inserir-se neste mercado de trabalho, possibilitou-lhe ampliar seu nível de conhecimento, não se restringindo apenas aos aspectos positivos, mas também elencando a aprendizagem que ocorre a partir dos aspectos negativos (conflitos, repressão, etc...).

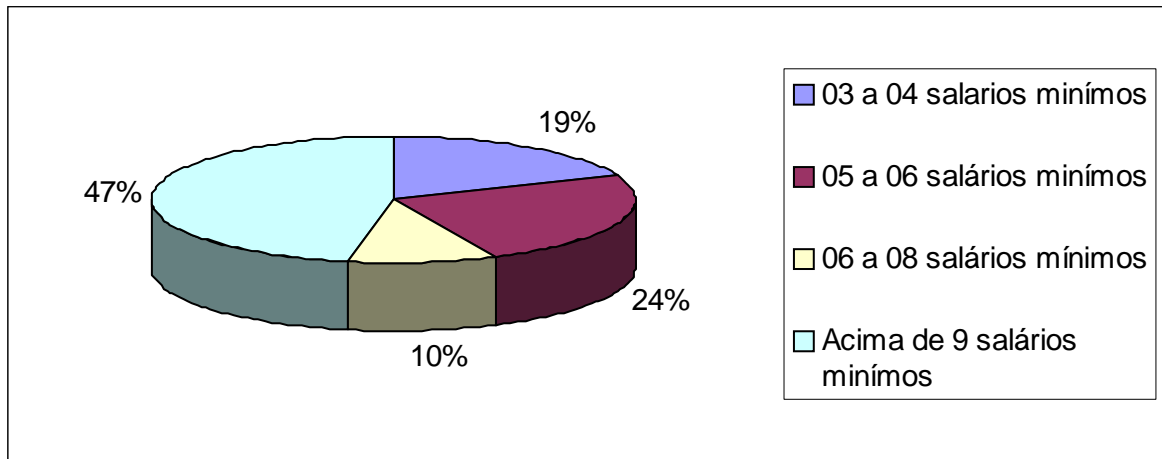
“Fui trabalhar na Instituição por gostar de crianças, para mim trabalhar na creche é um processo de aprendizagem com pontos positivos e negativos”.(SIC).

As entidades de caridades inerentes e suas próprias características exercem atividades que contém um caráter de trabalho leigo, voluntário, dependendo do idealismo e boa vontade dos envolvidos e não de uma formação profissional específica. Com isso é repassado para as pessoas que são empregados das instituições, negativando dessa maneira as reivindicações por melhorias de salários e as condições de trabalho, pois contrapõe a imagem de caridade e de favor, que é associada ao tipo de atendimento oferecido a população mais pobre.

Em relação à renda mensal dos funcionários da Instituição “São Vicente Pallotti”, 47% destes possuem renda mensal familiar acima de 9 salários mínimos, dados este que pode ser assemelhando com algumas famílias usuárias, tendo condições financeiras de manterem um padrão de vida confortável, mas há uma parcela dos funcionários de 19% que encontram dificuldades de estar buscando

uma qualificação por possuírem um salário que não dá para subsidiar o custo de um curso superior.

Figura 11- Renda Mensal e Familiar dos funcionários



Uma das entrevistada apresentou esta necessidade de inserção no mercado de trabalho, para auxiliar na renda familiar, buscando melhorias em suas condições:

“Indicada por uma amiga a fazer uma ficha, é o que me levou a trabalhar na creche, pois estava em busca de melhoria nas condições de trabalho”.(SIC).

A atuação dos profissionais da área de Serviço Social, geralmente restrita ao nível técnico intermediário, tem, muitas vezes, procurado modificar esse quadro, no sentido de uma valorização da interação com a comunidade e da profissionalização do pessoal da creche. Na instituição São Vicente Pallotti o profissional que está ocupando o cargo de coordenador, possui formação superior em Serviço Social, permitindo assim um melhor diagnóstico da realidade apresentada, já que este profissional possui esta qualificação específica, podendo assim estar mediatizando e buscando alternativas com melhor eficiência, sendo responsável pela diretriz que a instituição irá se embasar, isto dependerá da visão de homem/mundo que este possui, podendo este ser apenas assistencialista ou não. Nem sempre, porém essa atuação consegue se contrapor à extrema falta de recursos materiais existentes e a insuficiência dos quadros técnicos disponíveis,

neste caso, a Instituição necessitaria de um número maior de funcionários para o atendimento, já que quando falta um funcionário se tem a necessidade de se remanejar um profissional de outro setor. Mas a Instituição por ser de cunho filantrópico não dispõe de recursos financeiros para aumentar o seu quadro de profissionais e nem a Prefeitura através de um convênio se dispõe a enviar mais funcionários.

Em relação à questão do trabalho desenvolvido dentro da creche, uma das funcionárias colocou a falta de recursos necessários para desenvolver o seu trabalho.

“Para mim teria que ter materiais pedagógicos, salas apropriadas, espaço físico e recursos, portanto não se identifica com a minha visão de creche, faltando materiais necessários para desenvolver a minha proposta”.(SIC).

A creche pública diante de todos os tipos de serviços de guarda e educação para a criança menor de sete anos, aparece como a mais formalizada e sistematizadas. Onde se observa com maior clareza como se hierarquiza e estratifica as diversas tradições de atendimento, junto a cada criança através dos diferentes profissionais.

As outras entidades desde creches que são mantidas por entidades assistenciais, até pequenas escolinhas surgidas a partir de organizações populares se aproximam muito pouco do modelo de creche pública.

A creche se diferencia da demais instituições educacionais devido a duas particularidades marcantes, a primeira é a de desempenhar integrada a sua ação educativa, a função de garantir durante parte do dia a sobrevivência do educando e a segunda é de atuar junto à população mais jovem de educandos.

Na execução da rotina diária de uma creche, ao mesmo tempo em que se processa a socialização da criança, garante também através da alimentação, da hidratação, da higiene, sua sobrevivência, através dessa rotina diária também se propicia trocas afetivas entre adultos e crianças, que são indispensáveis para um desenvolvimento adequado da criança. Desta forma a ação educativa passa por trocas afetivas, interagindo-se com as atividades de vida diária e pode ocorrer a

qualquer momento, sem que lhe seja necessário delimitar-se um espaço ou um tempo específico.

As atividades de tipo doméstico, que estão ligadas a sobrevivência, privilegia contatos sensoriais e afetivos e são dirigidas a crianças de pouca idade, parecem orientar uma hierarquia da ação educativa, pensando nos cargos propostos a profissionais no interior de uma mesma instituição, comparando os cargos equivalente nas diferentes instituições educacionais.

A hierarquia de cargos e funções dos profissionais da educação parece ser determinada pelo menos por três tipos de fatores:

- Atividade direta com o educando (quanto mais diretamente ligada ao educando, menor o prestígio do profissional);
- Idade do Educando (quanto menor o educando menor o prestígio do profissional);
- Proximidade do corpo (quanto mais imediatamente ligado à sobrevivência e, portanto ao corpo do educando, menor o prestígio do profissional);

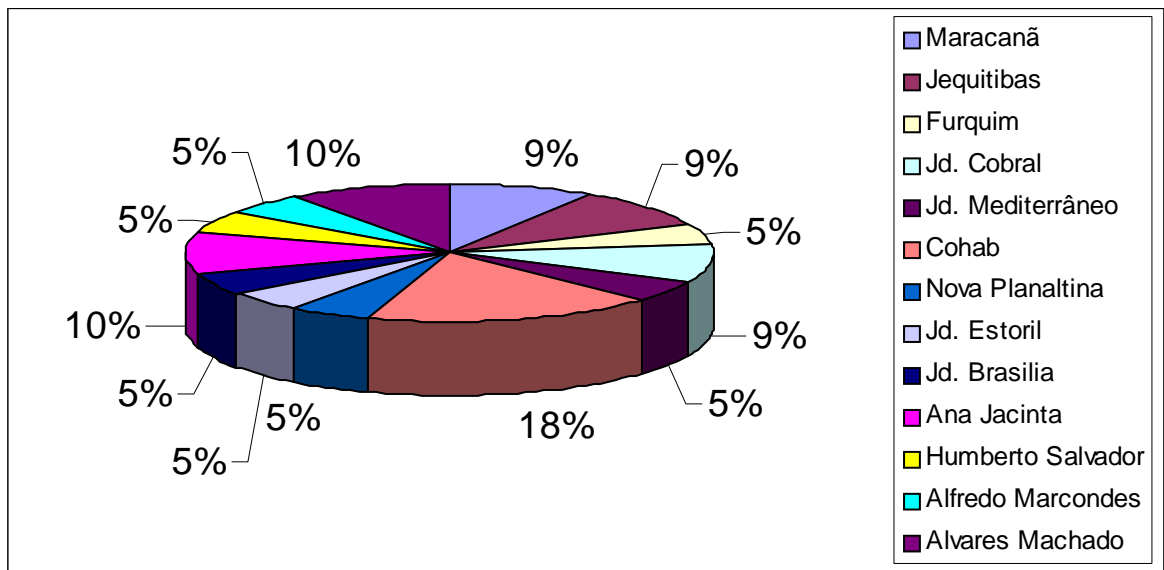
Por outro lado, esta hierarquia se manifesta através de uma série de indicações:

- Formação exigida para ocupar o cargo e desempenhar a função;
- Salário;
- Carga horária;
- Atividades executadas;
- Diferenciações simbólicas;
- Participação masculina;

Em relação à questão da carga horária, podemos observar na Instituição, que a alteração de 6 horas diária para 8 horas diárias, vem a causar nas funcionárias um desgaste físico e psicológico muito grande, que sem perceber

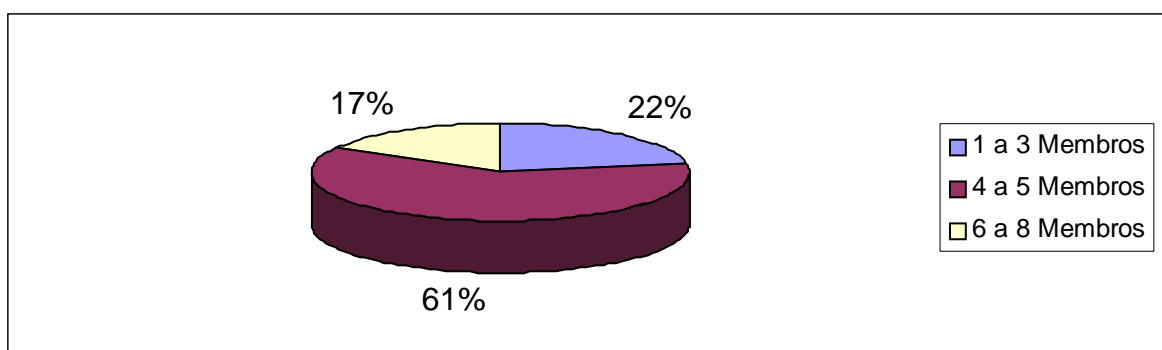
acabam por refletir nas crianças usuárias. Algumas dessas também residem muito longe da instituição, observando-se que há funcionários que residem em cidades próximas à região de Presidente Prudente.

Figura 12 – Funcionários por Bairros



São mulheres que se inserem no mercado de trabalho e que possuem também uma família, sendo a maior parte desta de modelo nuclear (67%), variando entre uma faixa etária de 20 a 50 anos, assim como o número de componentes familiares que se constitui de 4 a 5 membros.

Figura 13 – Composição Familiar dos Funcionários



Percebe-se que este perfil não se diferencia muito das famílias que são usuárias da Instituição.

Figura 14 – Faixa Etária dos Funcionários

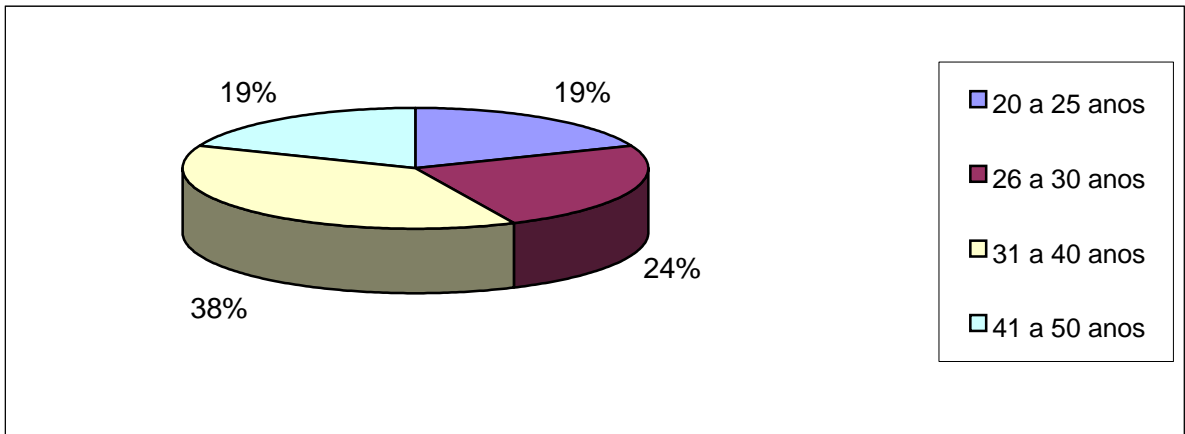
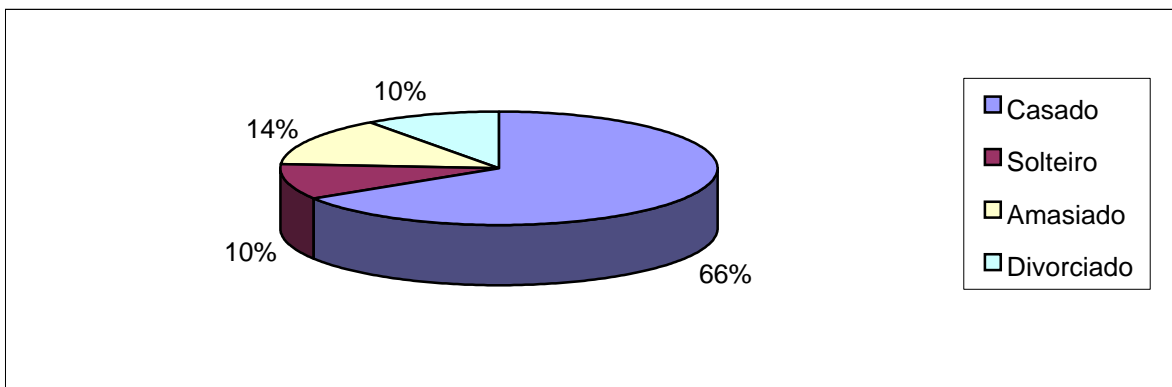


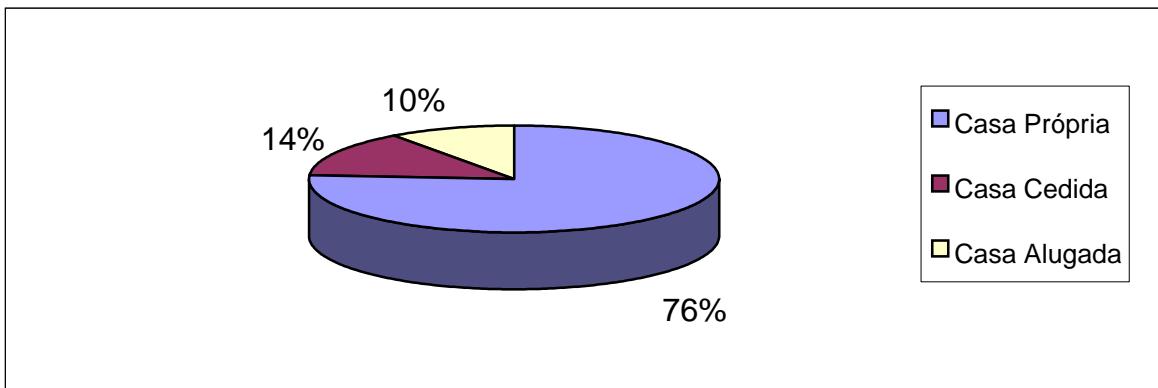
Figura 15 – Condição Civil dos Funcionários



São também mulheres que desempenham atividades domésticas dentro de seu âmbito familiar, tendo que realizar estas, no momento que encerram sua longa jornada de trabalho, chegando em sua residência também tendo que cuidar de seus filhos.

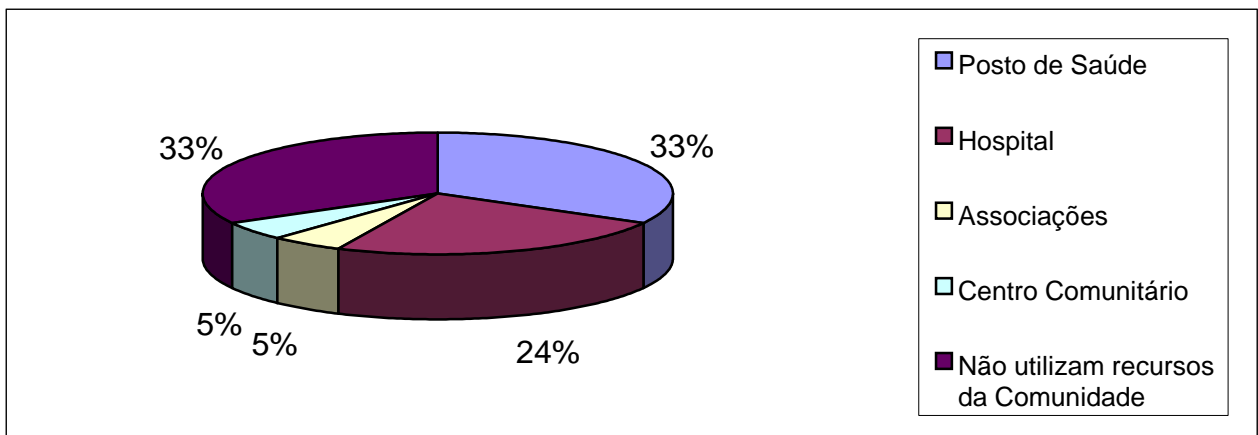
Observa-se que a maioria destas possuem casa própria, de alvenaria (100%), algumas dessas sendo adquiridas através do Sistema Financeiro de habitação, não se desconsiderando as que residem em casas cedidas por familiares, enquanto estão construindo sus residências:

Figura 16 - Condição de Habitação dos Funcionários



Algumas se utilizam de Postos de Saúde e Hospitais, mas apenas uma minoria participa de ações comunitárias aonde residem. Mas um dado interessante é que 33% não se utilizam de nenhum recurso da comunidade, este fato se deve a possuir uma renda mensal que lhes permitem optar por atendimentos particulares na rede privada.

Figura 17 - Recursos da Comunidade dos Funcionários



6.4 Atitudes e valores da equipe de Educadores do Centro Educacional Infantil “São Vicente Pallotti”.

A personalidade do indivíduo é formada na interação entre ele e o meio físico e social em que se vive: sua comunidade, seus colegas, pais, professores e outros agentes de socialização. Através da interação, a criança aprende assumir papéis e atitudes daqueles com quem entram em contato, essas interações condicionam não só a maneira pela qual respondem aos outros, mas também como se conduzem consigo mesmo.

Nessa perspectiva, o educando deixa de ser entendido como um poço de problemas e passa a ser visto.

Como um faixa de potencialidades abertas para o futuro, que o meio pode inibir ou fazer desabrochar, aquilo que ele pode ser não é determinado só pelo seu passado, mas também pelos novos estímulos que agora é amanhã sobre ele possam atuar. (Maria Amélia Medeiros, apud costa, 1990).

O papel do profissional dentro de uma creche é, portanto o de criar um meio rico, aberto a toda classe de estímulos, sem preconceito de qualquer gênero ou espécie, de modo que as crianças e adolescentes sob sua responsabilidade possam superar suas dificuldades e abrir uma janela para o futuro, idealizando um projeto de vida melhor. Algumas funcionárias apresentam em suas falas o papel que possuem neste processo de desenvolvimento da criança.

“Acho-me importante por auxiliá-los a construir e a serem cidadãos críticos”.(SIC).

“Somos uma base para que a criança possa alcançar o desenvolvimento psíquico, físico e motor”.(SIC).

A capacitação deve proporcionar as condições necessárias para que a equipe de profissional passe a acreditar na possibilidade de construir um futuro melhor para as crianças e aos quais se destinam, as ações do programa em questão, para isto, precisa levá-los a criar formas de conviver, pensar, sentir e agir democraticamente primeiro entre si próprios, para depois trabalhar com esse objetivo junto aos educandos.

A coordenadora apresentou como a instituição propõe a qualificação para os funcionários:

“Os investimentos são em treinamentos na área de educação, participação em congressos, como também outros cursos na área da educação que são voltados para as A.D.I e os outros profissionais que atuam, na creche”.(SIC).

Ao se preparem para desenvolver uma atuação, os profissionais estarão ao mesmo tempo desenvolvendo e ajustando suas próprias atitudes e promovendo junto às crianças hábitos e atitudes de uma saudável convivência social permanecendo a toda e qualquer oportunidade para promover a convivência democrática, tanto entre si quanto entre as crianças, com as quais atuam.

Alguns profissionais não se vêem na questão do processo de desenvolvimento da criança, como é o caso da funcionária entrevistada.

“Meu papel dentro da cozinha deve ser desempenhado com boa higienização para que nenhuma criança venha passar mal, pois se isso acontecer haverá reclamações”.(SIC).

Pode-se analisar nesta fala que esta apenas se preocupa em realizar as atividades que lhes são atribuídos da melhor forma possível para evitar qualquer forma de repressão, não se vendo como uma das pessoas fundamentais no processo de desenvolvimento infantil das crianças atendidas.

Enquanto outra funcionária já apontou que além de ter responsabilidade sobre o seu trabalho também visualiza o seu papel no processo de desenvolvimento da criança, mas está demonstra que do seu ponto de vista o principal é a questão da disciplina:

“Tenho que auxiliar na disciplina da criança. Manter a ordem, a organização e a limpeza”.(SIC).

Não se quer dizer que os educadores têm, necessariamente que conhecer de perto a dinâmica familiar das crianças atendidas, mas se reconhece a importância deles procurarem durante a reunião de pais, discutir questões que não se restrinjam apenas ao bom ou mau comportamento das crianças dentro da instituição. Este pode ser um caminho a ser seguido se for trabalhado de forma coletiva e contínua.

Entende-se que, conhecer o cotidiano social e familiar das crianças, ou seja, como vivem, que necessidades, interesses manifestam faz parte do processo de ensino-aprendizagem e, portanto torna-se necessário aos propósitos dos projetos educacionais, enquanto o Assistente Social, onde quer que ele atue, assim pela natureza de seu trabalho o papel de controlador dos conflitos sociais, e no campo da educação este papel também apresenta esta visão distorcida como uma prática meramente assistencialista, direcionada para corrigir os desajustes individuais do meio escolar e avaliar os seus males sociais. Sendo que a coordenadora da creche possui graduação em Serviço Social, assim desempenhando além da sua função administrativa também, social.

O Profissional de Serviço Social, atuando na área da educação, contribuirá com todos os que fazem a comunidade escolar, seu trabalho será dentro da política educacional, com questões inerentes não apenas ao educando e suas famílias, mas também, na formação permanente dos educadores, na elaboração e operacionalização do Projeto Político – Pedagógico.

Quando se problematiza a questão sobre a educação, no contexto de ensino aprendizagem, não pode limitar-se a um único profissional, a um único saber, mas deve procurar uma prática interdisciplinar que ganha suporte a ser construída coletivamente com os diversos símbolos e signos, saberes e experiências dos vários profissionais (Assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, educadores (A.D.I), cozinheiros etc), que possuem um sentido comum e amplo, socialmente no nível educacional. Aqui abrangendo todos os funcionários da instituição, pois todos são fundamentais, educadores, no processo de desenvolvimento da criança.

As relações institucionais da forma como são estabelecidas, se elevam de uma cultura de subalternidade, envolvida numa rede de poder que se dissemina por vários mecanismos.

Segundo Weber (2000) na dimensão estrutural se tem o aspecto organizacional das instituições, o discurso oficial hierárquico das normas e também uma aparência abstrata e universal.

O aspecto grupal se apresenta na dimensão das relações, onde a dominação se concretiza em forma de comandantes e subordinados, de autoridade e obediência.

As instituições onde se mantêm relações de poder geralmente estabelecem a dominação como ordem.

Em relação a questão hierárquica, uma das entrevistadas colocou a postura de como há uma forte repressão perante o âmbito institucional creche por parte da organização da instituição, para o ela do ambiente interno da creche está “bom”.

“Há relação hierárquica dentro da instituição, não sendo esta apresentada dentro da creche, portanto não há repressão dentro dela”.(SIC).

Enquanto a coordenadora também considera a relação hierárquica harmônica, sem maiores problemas.

“É uma relação tranqüila, não havendo muitas dificuldades em lidar com os problemas, e em aceita-los. A hierarquização é bem aceita, não havendo autoritarismo”.(SIC).

Os que são comandados devem respeitar a submissão por parte de quem manda, por que ocupa uma posição hierárquica. Portanto se vê claramente o poder que se estabelece através da hierarquia, que é marcado pela subordinação inferior-superior.

Desta maneira a instituição cria o normal e o desviante. Aquele que apresenta um comportamento diferente daquele colocado pela instituição, passa a ser vigiado e controlado.

Quando se pratica as normas que são estabelecidas pela instituição se esta praticando a submissão. Onde se mantêm a hegemonia, e a estrutura das relações sociais vigentes.

A função repressiva se mostra como uma forma de se educar, quando ela visa ser exemplar, com isso se aprende a respeitar a ordem, a disciplina e a aceitar a hierarquia.

Foucault (1979) coloca, que o poder não se dá, não se troca, nem se retoma, mas ele exerce, e lê é uma relação de força é o que reprimem a natureza, os indivíduos, os instintos, uma classe.

A creche já contém em seu processo histórico uma relação que acaba submetendo os sujeitos a serem como são e se apresentarem de acordo com as normas, padrões e valores existentes na instituição que acaba refletindo nos mesmos.

Foucault (1979), diz que o poder realiza um controle detalhado, minucioso do corpo, gestos, atitudes, comportamentos, hábitos e discursos. Internamente se encontra a forma social competitiva, e o equilíbrio repousa na confrontação, a soberania é imposta extremamente, como um aparelho expressivo, não autônomo, esta soberania resulta numa guerra de posições. Regulando a competição através de uma função repressiva interna e a própria condição de existência das formas sociais competitivas.

A instituição tem uma visão tutelar, que é reduzida exclusivamente as normas que são impostas pelas classes dominantes, que não considera, os conflitos existentes e muitos menos a dinâmica social, global e contraditória em que as instituições estão inseridas.

Os funcionários dentro de uma instituição ocupam uma posição cuja natureza se apresenta como um dever, o que determina a estrutura interna de suas relações.

A creche se diferencia das demais instituições educacionais, por desempenhar a função de garantir a sobrevivência do educando, (durante a maior parte do dia), e por atuar junto à população mais jovem de educando.

O profissional quanto mais diretamente ligado ao educando ele estiver, menor prestígio profissional ele terá.

Há uma separação entre aqueles que executam, que planejam, organizam, dirige e controlam na maioria das creches, mas no Centro de Educação Infantil “São Vicente Pallotti”, a coordenadora busca desenvolver uma proposta participativa, oferecendo autonomia para os funcionários organizarem seus agrupamentos, sendo que estas é que devem estabelecer e procurar resolver os

problemas com a família, apenas quando não é possível haver esta solução, o caso é passado para a direção.

Como foi informado pela coordenadora:

“Quando as tarefas são dirigidas para as crianças, os funcionários que atuam nesta área possuem total autonomia, são livres para resolverem qualquer problema, a não ser se o assunto for muito grave, então é levado para a coordenadora, se trabalha desta maneira para que não se centralize todo o problema na coordenadora”. (SIC).

Com uma jornada exaustiva de 8 horas por dia, onde as funcionárias acabam por ter pouco tempo para se reunir. Momento em que ocorre normalmente no horário de H.T.P, em que as funcionárias se reúnem com a orientadora pedagógica para discutirem, planejarem e organizarem as atividades, é assim que se determina a proposta de trabalho com as crianças.

“Para se trabalhar com as crianças é feito um planejamento anterior, cada atividade de trabalho é realizado respeitando a idade da criança, se aplica à atividade respeitando o que ela produz, de acordo com o que ela pode fazer. Tudo é direcionado para alcançar os objetivos esperados pela criança”.(SIC).

Mas neste momento não se torna possível reunir todas as funcionários pois é necessário que uma delas deixe o seu agrupamento para este horário, já que uma deve permanecer no recinto para continuar a atividade com as crianças. Em alguns períodos do ano são realizados encontros com os funcionários, onde se suspende um dia de atividades da instituição para que este momento se concretize.

Há um processo de supervisão pela Secretaria Municipal de Educação em relação à questão pedagógica, submetendo a instituição a esta hierarquização, devido ao fato de ser uma creche conveniada.

“A supervisão enquanto parte pedagógica é feita pela Secretaria Municipal de Educação, onde a coordenadora pedagógica faz uma orientação específica com a coordenadora pedagógica do Centro de Educação Infantil, isso ocorre na Secretaria Municipal de Educação, e

quando é necessário se ter uma orientação diretamente a coordenadora se dirige até o Centro de Educação Infantil”.(SIC).

Dentro do âmbito institucional sempre haverá conflitos, pois os funcionários demonstram estabelecer um nível de competitividade entre si. Em entrevista com os funcionários estas relatam tensão que se estabelece entre estes, surgindo intrigas, o que faz com que gerem uma série de conflitos.

“Gosto do que faço, não me incomodo com o tipo do serviço desenvolvido, muita ajuda mútua dentro da instituição, mas por motivos pessoais venho me isolando dos outros”.(SIC).

“Há muita intriga dentro da instituição, por isso não considero um lugar ideal, falta à cooperação entre os funcionários. E que as pessoas deveriam cuidar mais de sua vida e deixar os problemas dos outros”.(SIC).

Uma das entrevistadas entra em contradição ao dizer que existe uma boa colaboração entre os funcionários da instituição, mas diz ter algum tempo que vem se isolando por motivos pessoais, ao invés de estar buscando a compreensão dos outros funcionários para resolução dos seus problemas.

A coordenadora se manifestou em relação às tensões que se estabelece dentro da instituição:

“Tensão sempre existe, pois o próprio convívio acaba gerando uma competição entre os funcionários, com a família é relacionada ao comportamento das crianças, chamando a família para resolução destes “problemas”, (situação que não sejam difícil de se lidar), nos casos graves se resolve a nível de Secretaria de Educação (caso não se consiga resolver dentro da instituição)”.(SIC).

7 CONCLUSÃO

O tema educação infantil se constitui em uma discussão recente no contexto das políticas públicas de educação.

Ao que se refere á dimensão educativa da creche é algo que ainda vem se estruturando, fazendo com que seja alvo de muitas críticas. A creche normalmente é considerada como uma mini-escola, não se visualizando assim que esta apresenta necessidades e características próprias, se respeitando o direito da criança nesta faixa etária.

Com certeza ainda é e será muito utilizada pelas famílias que necessitam trabalhar e não tem com quem deixar seus filhos, sendo necessário recorrer a instituição não ainda possuindo aquela concepção da creche como um espaço educativo, mas como um local de “guarda”, segurança, com boa alimentação,... assim podendo trabalhar com tranqüilidade. Este foi um dos motivos que mais se apresentou nas entrevistas com as famílias do Centro Educacional Infantil “ São Vicente Pallotti”.

Nas entrevistas com os funcionários ficou evidente que independente do seu nível de formação e salário, cargo que ocupam elas se vêem como pessoas importantes no processo de desenvolvimento das crianças. Como afirmou uma das funcionárias quando esta fala que a ADI é uma pessoa que será a base para a criança, mesmo que não estão em contato direto com as crianças, indiretamente percebem a importância do seu papel neste processo de desenvolvimento da criança.

A maneira como são disseminadas as relações institucionais, propicia o estabelecimento de um cultura de subalternidade, ou se levando pôr uma rede de poder muito mais ampla que se estabelece pôr vários mecanismos (controle e hierarquia não horizontal, mas sim vertical). Em qualquer instituição sempre existirá um aspecto de repressão, podendo este estar mais ou menos desenvolvido, podendo a coerção se apresentar de uma maneira sutil ou ostensiva, sendo assim as instituições são núcleos específicos de poder. No Centro Educacional Infantil “São Vicente Pallotti” se busca manter uma ordem institucional tanto para as funcionárias, assim como para a família e a criança, ou

seja, contendo uma determinada função repressiva, o que consiste no exercício do poder e controle tão próprio do desempenho institucional brasileiro.

A história da creche já advém de um processo histórico em que os sujeitos são submetidos as normas, padrões e valores na instituição, ou seja, fazendo com que os usuários enquadrem-se, as regras da instituição.

Ao estarmos desenvolvendo a pesquisa constatamos existir entre os funcionários uma grande rivalidade entre estes. O que acaba pôr influenciar no processo de funcionamento das atividades dentro do centro educacional. Ocorre uma divisão hierárquica que acabou sendo estabelecida pêlos próprios funcionários, sendo as que exercem função próximas as crianças (ADI) se encontra em um status superior na instituição, em contra partida as que exercem função de serviços gerais, se encontram em um status inferior.

Algumas das entrevistadas demonstraram claramente este aspecto em suas respostas, apresentando que vêem se excluindo do processo de relacionamento entre os funcionários.

Em relação a este aspecto, concluímos que se torna necessário se desenvolver uma ação com as funcionárias com o intuito de estabelecer um ambiente em que ocorra uma maior interação entre esses profissionais, para depois então se organizar um trabalho que interaja mais a família com a instituição.

As ADI desenvolvem um papel dentro da instituição que acaba pôr se firmar um relacionamento afetivo muito forte com as crianças, já que são elas que passam a maior parte do dia com a criança, e freqüentemente são as pessoas que tomam conhecimento das primeiras descobertas da criança, o que acaba pôr gerar um sentimento de inveja pelas mães que demonstram confiar plenamente nestas profissionais. Nas entrevistas com as famílias esta demonstram não saber como estar educando seus filhos, como impor regras, limite... assim passando toda está responsabilidade para a instituição.

Principalmente as crianças que se encontram no berçário (entre zero e um ano de idade), estão em um processo de desenvolvimento em que a relação mãe e filho é de extrema importância. Como estas mães necessitam trabalhar e deixam seus filhos na creche traz um sentimento de impotência por não poder

estar participando totalmente deste processo pelo qual a criança passa, assim se exigindo da instituição um tratamento afetivo com boa alimentação e higiene.

Apesar do trabalho das funcionárias ser exaustivo e cansativo, por cumprirem uma carga horária de 8hrs/diárias, apresentaram de um modo geral em suas respostas que, também é um processo reativador de esperanças e forças ao lidarem com as crianças, cada descoberta das crianças para elas são uma conquista, esperança de ali estarem desenvolvendo futuros cidadãos críticos, criativos. É somente neste momento que elas esquecem todas as reclamações e peculiaridades deste processo de relacionamento com as famílias e entre os próprios funcionários.

Os funcionários concebem aos pais como omissos e descuidados, e que os mesmos só visualizam a instituição como um “depósito de criança”. A partir desta visão, eles passam a ignorar que ser pais é um processo de aprendizagem, algo que está em constante transformação, que é construído ao longo de sua relação com o filho, família de sociedade.

Hadad (1991; p.111) define que “a creche não substitui a família. Creche e família são instituições que se complementam e assim devem ser compreendidas”.

A partir deste estudo engendramos no cotidiano da creche / pré-escolas, se obtendo uma ampla visualização aonde se pode afirmar que mesmos com a densa trajetória histórica do processo de reconhecimento social da creche/pré-escola como um direito de todos e dever do Estado, vêm passando pôr uma série de avanços e retrocessos, principalmente pôr este atendimento ser restrito há uma pequena parcela da sociedade, o que faz com que se aumente consideravelmente a cada ano o número da demanda reprimida em todo o país, uma realidade que não se encontra distante do nosso município.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMAVAY, Mirian; KRAMER, Sonia. O rei está nu: um debate sobre as funções da pré-escola. Caderno Cede. São Paulo, nº 9, p.27-65, 1987.

A CRECHE em busca de identidade: perspectivas e conflitos na construção de um projeto educativo. São Paulo: Loyola, 1991.

A Educação assistencialista. **Proposições**, Campinas, v.7,n.3,p.30-33, 1996.

ALMEIDA, Ney Teixeira. **Educação**. Políticas setoriais e por segmento.(Apostila)

ANDRADE, Demerval Correa de. Criança e sociedade: uma relação desigual.São Paulo: Centro Brasileiro de Pesquisa em Saúde Mental, 1995.

ARIES, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1981.

AZEVEDO, Janete M. Lins de. **A educação como política pública**. Campinas: Autores Associados, 1997.

BARRETO, Ângela M.Rabelo. Educação infantil no Brasil: desafios colocados.Grandes políticas para os pequenos. **Caderno Cede**, São Paulo, 1 ed., n.37, p.7-21,1995.

BEE, Helen. **O desenvolvimento da criança**. 7. ed. São Paulo: artes Medicas, 1998.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. 10 ed.Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**.V.1,2 e 3.Brasília, 1998.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição Federal**. 7.ed. São Paulo: Editora Revista dos tribunais, 2002.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. Coordenação de Educação Infantil. **Política Nacional de Educação Infantil**.Brasília, 1994

CAMPOS, Maria M. Malta; et al. **Profissionais de creche**. São Paulo.(Apostila)

CAMPOS, Maria Malta; et al. **Creches e pré-escolas no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1995.

CAMPOS, Maria M. Malta; et al. A creche e a pré-escola. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.39, p.35-42, nov. 1981.

CAMPOS, Maria M. Malta; et al. Trabalhando com pajens. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 49, 1984.

CHAMPA, Antonio da Costa. **Identidade**.(Apostila)

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER. Creche urgente. **A favor da creche**.Brasília, 1988.v.1.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER. Creche urgente. **Organização e funcionamento**.Brasília, 1988.v.2.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER. Creche urgente. **Espaço físico**.Brasília, 1988.V.3

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER. Creche urgente. **Dia-a-dia**.Brasília, 1988.V.4

DAVIS, Claudia; OLIVEIRA, Zilma de Moraes. **Educação infantil: muitos olhares**. São Paulo: Cortez, 1990.

DESENVOLVIMENTO municipal e gestão social das políticas públicas. **Boletim DESER**, n.113, AGO, 2000.

DIREITOS da criança e do adolescente. São Paulo: Imprensa Oficial, 1999.

DOWBOR, Ladislau. **O que é poder local**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

Educação pré-escolar: desafios e alternativas. **Cadernos Cedes**, São Paulo, n.9, p.27-65, 1987.

FALEIROS, Vicente de Paulo. **Saber e poder profissional**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 1997.

FERREIRA, Maria Clotilde R., et al. **Creches**: crianças fazem de conta & cia. 4. ed.Petrópolis: Vozes, 1992.

GAMA, Rita Nazareth Sapia; et al. **Participação**: instrumentos e democratização das instituições; um estudo de caso na creche de Presidente Prudente, 1993.Monografia-Instituição Toledo de Ensino, ENBRAPE, Presidente Prudente.

GOMES, Jerusa Vieira. Socialização primária: tarefa familiar. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, nº91, p.54-61, nov., 1994.

HAYASHIDA, Margareth Melo.**Famílias e suas nuances**.NCA-PUC.(Apostila)

MACEDO, Rosa Maria. A família diante das dificuldades escolar dos filhos.(Apostila)

NISKIER, Arnaldo. **LDB** : a nova lei da educação. 5ªed. Rio de Janeiro, Consultor, 1997.

Oliveira, Cleinto de; TEIXEIRA, Lucia Helena. **Municipalização e gestão municipal.**(Apostila)

Oficina de idéias. **10 medidas básicas para a infância brasileira.**São Paulo: Abrinq, 1994.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos (Org.). **A criança e seu desenvolvimento** (perspectivas para discutir a educação infantil). São Paulo: Cortez, 1995.

PRADO, patricia Dias. As crianças pequeninas produzem cultura? Considerações sobre educação e cultura infantil na creche.**Proposições**, Campinas, v.10,n.1, p.110-117,1999.

RIZZO, Gilda. **Creche: organização, montagem e funcionamento.** 3.ed.Rio de janeiro: Francisco Alves Editora, 1984.

ROCHA, Maria Aparecida Marques. **Creche para crianças de até dois anos, o que pensar.** Porto Alegre: Dacasa, 1997.

ROSEMBERG, Fluvia. O movimento das mulheres e a abertura política no Brasil: o caso da creche. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.51, p.73-79, nov.1984.

ROSEMBERG, Fluvia (ORG.). **Ceches.**São Paulo: Cortez, 1989.

SANTOS, Martha M. Trabalho da mulher. **Serviço Social & Sociedade**, Franca, n.3,p.39-48,1994.

SÃO PAULO, Prefeitura Municipal. O diagnostico do trabalho da rede de creches. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n.31, ano X, Dez., 1989.

SOUZA, Ana Maria Costa e. **Educação Infantil:** uma proposta de gestão municipal.Campinas: Papirus, 1996.

STEIN, Rosa Helena. Descentralização como instrumento de ação política e suas controvérsias. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, p.75-95.

ANEXOS

**ANEXO A - Pesquisa realizada dentro do Centro Educacional Infantil
“São Vicente Pallotti”**

SENHORES PAIS

Vimos através deste solicitar uma entrevista a Vs^a Sr^a, para que possamos desenvolver uma pesquisa na qual estamos realizando dentro do Centro Educacional Infantil “São Vicente Pallotti”, abrangendo o **Tema:** Interação entre Creche e Família, no qual os senhores têm papel fundamental.

Em qual local está poderia a vir a ser realizada:

() Creche () Residência () Outros

Abaixo teremos opções de dias e horários nos quais poderiam nos conceder a entrevista.

(<input type="checkbox"/>) Segunda-Feira	Horário
(<input type="checkbox"/>) Terça-Feira	Manhã (<input type="checkbox"/>) _____hs
(<input type="checkbox"/>) Quarta-Feira	Tarde (<input type="checkbox"/>) _____hs
(<input type="checkbox"/>) Quinta-Feira	
(<input type="checkbox"/>) Sexta-Feira	
(<input type="checkbox"/>) Sábado	
(<input type="checkbox"/>) Domingo	

Obrigada, Pela Atenção:

Priscila Alexandra
Ana Rosa bastazini
Cristina Oliveira
Anne Paula Silvério

ANEXO B – Ofício a Secretaria Municipal da Educação

Presidente Prudente, São Paulo.

À Secretaria Municipal de Educação
A/C Sra Elaine

Vimos por meio desta solicitar por escrito, informações sobre educação infantil no município de Presidente Prudente:

- Demanda reprimida;
- Demanda atendida;
- Numero de creches e pré-escolas que a Prefeitura mantém convênio;
- Quais são as secretarias que mantém parcerias;
- Quais as alterações que ocorreram de 1994 a 2001

Solicitamos estas informações por estarmos desenvolvendo um projeto de pesquisa científica, como exigência para a conclusão do curso de Serviço Social, no qual estamos abordando o tema “A interação entre o âmbito institucional creche e pré-escola e a família”. Sendo de fundamental importância fazer a contextualização da educação infantil no município.

Desde já prestamos nossos agradecimentos!

Ana Rosa Bastazini

Anne Paula Silvério

Cristina de Oliveira

Priscila Alexandra da Silva

Presidente Prudente, 22 de julho de 2002.

ANEXO C – Ficha de análise das Famílias

CENTRO EDUCACIONAL “SÃO VICENTE PALLOTTI”

I – Identificação

Nome da criança: _____

Grupamento: _____

Responsável pelas informações: _____

Endereço _____ Tel: _____

II – Composição Familiar

Nome	Idade	Condição Civil	Escolaridade	Profissão	Renda

Total da renda mensal: _____

III – Situação Habitacional

Residência: () Própria

() Alugada – Qual o valor pago? _____

() Cedida

() Outro _____

Infra estrutura

Alvenaria () Madeira () Mista ()

IV – Utilização dos recursos da comunidade

Posto de Saúde ()

Hospitais ()

Associações ()

Centro Comunitário ()

Participa de algum projeto? Sim () Não ()

E qual seria este projeto? _____

V – Quanto aos horários e dias da semana, para realizar as reuniões qual o de sua preferência?

Semanalmente, após as 18:00 hrs ()

Sábado manhã () Tarde ()

Domingo manhã () Tarde ()

Observações: _____

Nome do responsável pelo questionário _____

Data da entrevista: ____/____/____

ANEXO D – Questionário das Famílias da Instituição

PRÉ-QUESTIONÁRIO: FAMÍLIAS

O que levou você a optar pela creche “São Vicente Pallotti”?

O que significa creche para você?

Você conhece como funciona a creche?

A creche colabora com você na educação de seus filhos? De que forma?

Você participa das atividades da creche? Oferece sugestões?

Costuma conversar com a criança sobre o que ela faz na creche?

O que você mais gosta na creche?

E o que você menos gosta na creche?

Como é o seu relacionamento com os funcionários?

ANEXO E – Ficha de inscrição das Crianças da Instituição

CENTRO EDUCACIONAL “SÃO VICENTE PALLOTTI”

I – Identificação

Nome da criança: _____
Grupamento: _____

Responsável pelas informações: _____
Endereço _____ Tel: _____

II – Composição Familiar

Nome	Idade	Condição Civil	Escolaridade	Profissão	Renda

Total da renda mensal: _____

III – Situação Habitacional

Residência: () Própria
() Alugada – Qual o valo pago? _____
() Cedida
() Outro _____

Infra estrutura

Alvenaria () Madeira () Mista ()

IV – Utilização dos recursos da comunidade

Posto de Saúde ()
Hospitais ()
Associações ()
Centro Comunitário ()

ANEXO F - Questionário dos Funcionários da Instituição

PRÉ-QUESTIONÁRIO: FUNCIONÁRIOS

O que levou você a trabalhar na creche?

O que você acha mais e menos prazeroso no seu trabalho?

Para você como deve ser uma creche? E o seu local de trabalho se identifica com esta visão?

Para você qual o papel que a creche possui no desenvolvimento da criança?

Qual o seu papel no desenvolvimento da criança?

Qual sua visão sobre as famílias das crianças que são atendidas pelas creches?

ANEXO G – Questionário Coordenadores da Instituição

PRÉ-QUESTIONÁRIO COORDENADOR

De onde advém os recursos financeiros e outros recursos utilizados pela instituição? Quais são as parceiras?

Há sistema de supervisão com a prefeitura por ser uma creche conveniada?

Quais são só investimentos realizados pela instituição na qualificação profissional dos funcionários?

Existem tensões dentro da instituição? O que é feito para atenuar essas tensões?

Como se dá a relação de hierarquização dentro da instituição?

Quanto aos profissionais que trabalham na creche eles possuem autonomia?

Qual a visão crítica que o profissional possui na realização de seu trabalho numa instituição como Centro de Educação infantil?

Como é determinada a proposta de trabalho com as crianças?

Existe articulação com outras instituições que acabam por ter poder de decisão na forma de trabalhar com a criança no Centro de Educação Infantil?

O que a instituição faz para que a família possa se interagir com a creche? E como se dá essa interação?
